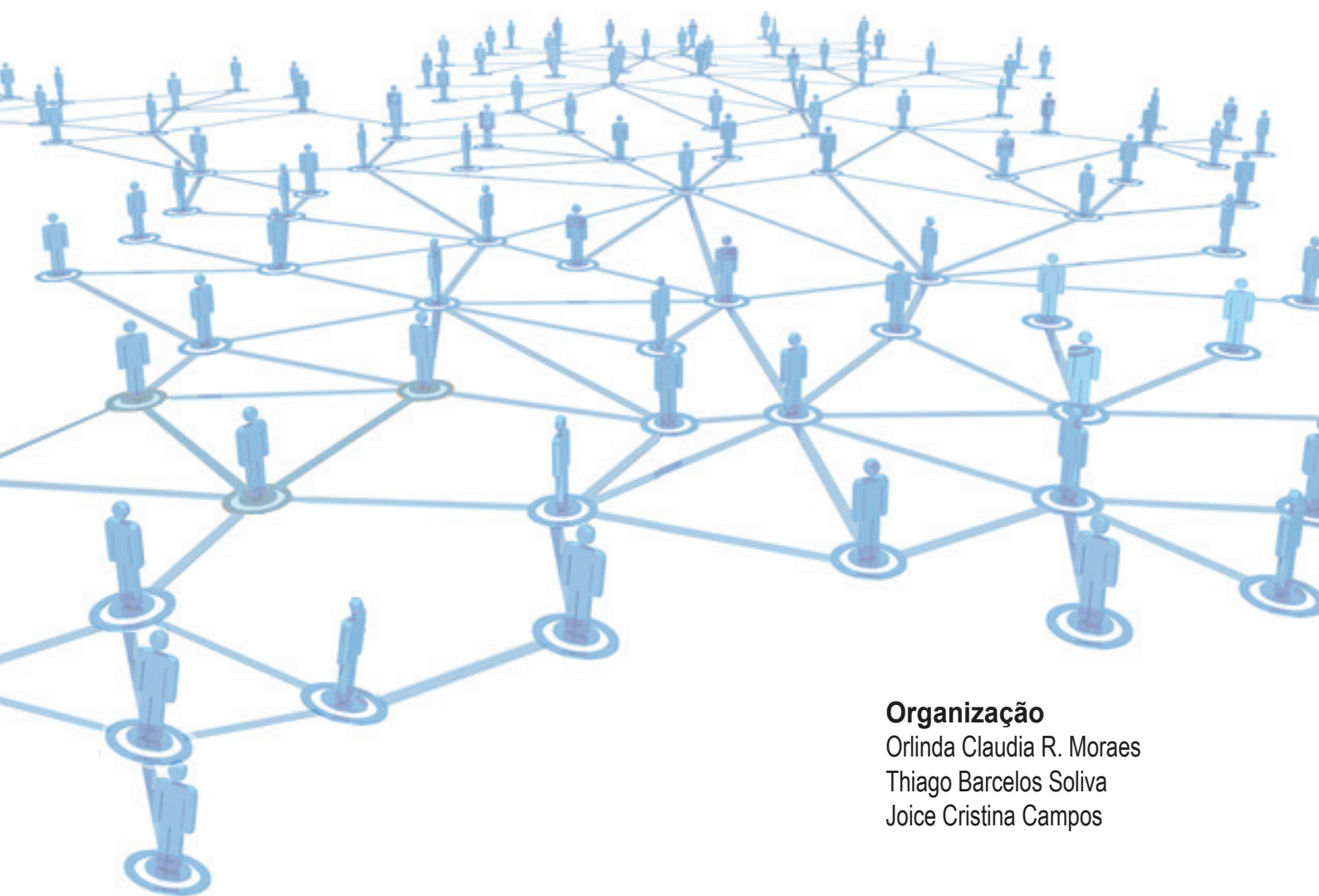


Relatório

dos conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Rio de Janeiro



Organização

Orlinda Cláudia R. Moraes

Thiago Barcelos Soliva

Joice Cristina Campos



SECRETARIA DE
SEGURANÇA



Relatório dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Rio de Janeiro

Luiz Fernando Pezão
Governador

José Mariano Beltrame
Secretário de Estado de Segurança

Joana C. M. Monteiro
Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública

© 2015 by Instituto de Segurança Pública
Publicação digital
Versão digital disponível em www.isp.rj.gov.br

Direitos de publicação reservados ao Instituto de Segurança Pública.
É permitida a reprodução, total ou parcial, e por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Organização

Orlinda Claudia R. Moraes
Thiago Barcelos Soliva
Joice Cristina Campos

Equipe

Diego Soares Gimenes Silva
Diogo de Oliveira Coelho

Estagiária

Mayara Farage

Cartografia Temática

Leonardo de Carvalho Silva

Revisão técnica

Vanessa Campagnac da S. Barros
Andréia Soares Pinto

Projeto gráfico e diagramação

Bruno Simonin da Costa
Leonardo Brandão

Assessoria de comunicação

Karina Nascimento
Isabella Antais

Assessoria de informática

José Renato Biral Belarmino

R382 Relatório dos conselhos comunitários de segurança do Estado do Rio de Janeiro / organização: Orlinda Claudia R. Moraes, Thiago Barcelos Soliva, Joice Cristina Campos. - Rio de Janeiro : Instituto de Segurança Pública, 2015.
51p.: il., mapas color. ; 23cm. –

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-60502-48-6

1. Conselhos comunitários – Rio de Janeiro (Estado) - Estatística. 2. Participação Social – Rio de Janeiro (Estado) - Estatística. I. Moraes, Orlinda Claudia R. (Orlinda Claudia Rosa de). II. Soliva, Thiago Barcelos. III. Campos, Joice Cristina. IV. Instituto de Segurança Pública (RJ).

CDU – 351.84
CDD – 363.2098153

Sumário

Apresentação	8
Notas Metodológicas	10
Breve Histórico	11
Panorama das atas	14
Dados sobre o funcionamento dos CCS do estado do Rio de Janeiro	18
Dinâmica dos CCS no estado do Rio de Janeiro	18
Evolução do quantitativo de CCS no estado do Rio de Janeiro.....	18
Quadro situacional dos CCS no estado do Rio de Janeiro.....	20
Características das participações dos conselhos	28
Frequência de participante.....	29
Perfil das diretorias	33
Demandas dos conselhos	35
Mídia e visibilidade dos CCS	41
Fóruns e Encontros	42
Encontro Anual dos CCS.....	43
Solenidades de Diplomação Coletiva	44
Qualificação no Sistema Ata Eletrônica	44
Considerações finais: apontamentos e perspectivas	46
Referências bibliográficas	47
Documentos.....	48
Anexos	49

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Atas enviadas à Coordenadoria dos CCS – 2013-2015 – Valores Totais

Gráfico 2 – Total de atas – segundo o modo de produção – 2013-2015 * – Valores Percentuais

Gráfico 3 – Total de atas entregues – Região Metropolitana – 2013

Gráfico 4 – Total de atas entregues – Interior – 2013

Gráfico 5 – Total de atas entregues – Região Metropolitana – 2014

Gráfico 6 – Total de atas entregues – Interior – 2014

Gráfico 7 – Série histórica da evolução dos CCS no estado do Rio de Janeiro

2004-2015 – Valores Totais

Gráfico 8 – Distribuição dos cargos das diretorias dos CCS segundo sexo – 2013 e 2014 – Valores Percentuais

Gráfico 9 – Distribuição dos cargos de presidente e 1º secretário de CCS segundo sexo – 2013 e 2014 – Valores Percentuais

Gráfico 10 – Distribuição das demandas dos CCS – Sistema Ata Eletrônica – 2013 e 2014 – Valores Absolutos

Lista de tabelas

Tabela 1 – Situação dos CCS da AISP 29 e 36 – 2013 a 2015*

Tabela 2 – CCS Estruturados e Reestruturados – 2013-2015*

Tabela 3 – CCS desativados – 2013-2015*

Tabela 4 - Número total de CCS que realizou eleição por ano – 2013-2014

Tabela 5 – Instituições que participaram das reuniões de CCS – 2013-2014

Tabela 6 – Média de participantes por CCS – Sistema Ata Eletrônica – 2013

Tabela 7 – Média de participantes por CCS – Sistema Ata Eletrônica – 2014

Tabela 8 – Visibilidade dos CCS na mídia - frequência por veículos de comunicação – 2013 e 2014

Tabela 9 – Visibilidade dos CCS - jornais locais enviados pelos conselhos
frequência por veículos de comunicação – 2013-2014

Tabela 10 – Relação dos Fóruns dos Conselhos Comunitários de Segurança

Tabela 11 – Relação das Solenidades de Diplomação Coletiva 2007-2014

Lista de mapas

Mapa 1 – Distribuição dos CCS por municípios no estado do Rio de Janeiro e na capital – 2015

Mapa 2 – Distribuição dos CCS do estado do Rio de Janeiro e da capital por tempo de existência – 2006-2015

Mapa 3 – Principais demandas segundo classificação dos CCS – Ata Eletrônica – 2013 e 2014

Lista de figuras

Figura 1 – Nuvem de palavras representando o discurso produzido nas reuniões de CCS a partir das atas em papel – 2013 e 2014

Figura 2 – Nuvem de palavras representando o discurso produzido nas reuniões de CCS a partir das atas eletrônicas – 2013 e 2014

Lista de quadros

Quadro 1 – Qualificações realizadas – 2013-2015



Apresentação

É com grande alegria que divulgamos o primeiro Relatório Anual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) relativo aos anos de 2013 e 2014 até o mês de setembro de 2015.

O relatório tem como objetivo organizar os dados produzidos pelos CCS por meio dos registros das atas das reuniões desses conselhos, além de outras fontes documentais. Com isso, espera-se gerar uma visão ampliada dos assuntos e problemas discutidos nesses conselhos, de modo a tornar visíveis estes espaços e suas demandas. Buscamos ainda identificar os padrões regionais das demandas levadas aos CCS e contribuir com informações que sirvam como subsídio para a construção de políticas públicas dos diferentes setores que compreendem a segurança pública.

Este é o primeiro esforço de produção de um relatório apresentado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) sistematizando dados sobre os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS). Trata-se da consolidação e organização dos dados recebidos pela Coordenadoria dos Conselhos Comunitários de Segurança nos últimos anos, visando a dar visibilidade ao trabalho voluntário de mais de 300 pessoas organizadas nas diretorias dos Conselhos Comunitários de Segurança do estado do Rio de Janeiro.

Qualquer tentativa de abordar as diversas realizações dos trabalhos dos mais de 60 CCS ativos em nosso estado não seria viável sem a compreensão desses espaços como fruto da consolidação do Estado Democrático de Direito. Falar sobre democracia é falar sobre participação social e a capacidade de organização dos cidadãos na busca por melhores condições de vida em uma sociedade de direitos.

Dentre as diversas formas de participação social, destaca-se o voluntariado. Este tipo de participação contribui para o fortalecimento de uma cidadania ativa e responsável na qual as pessoas participam efetivamente dos processos de construção dos rumos da comunidade. Os efeitos do trabalho voluntário são extremamente positivos, pois contribuem para a construção de parcerias entre organizações e indivíduos no atendimento de carências sociais. As teias de relações que se formam a partir de situações-problema e seu potencial para diagnósticos e auxílios transformam o trabalho voluntário em um grande aliado do próprio Estado.

Os CCS contribuem para a materialização da corresponsabilidade quando se fala de Segurança Pública, atributo consubstanciado no artigo 144 da Constituição Federal: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”. Dadas essas questões, os Conselhos Comunitários de Segurança apresentam-se como uma importante forma não só de expressão da cidadania, mas ainda um caminho educativo para a efetivação de direitos fundamentais.

Neste contexto, observamos a relevância dos Conselhos Comunitários de Segurança e todo seu potencial colaborativo na busca por melhorias na segurança pública de nosso estado. Transcorridos 16 anos de atuação voluntária desses Conselhos, a Coordenadoria dos CCS tem o prazer de apresentar ao leitor uma visão mais ampla dos CCS, privilegiando conhecer os dados sobre a sua organização, especialização e dinâmica.

Atualmente, há 65 CCS em diferentes regiões do estado e podemos estimar que os conselhos agreguem aproximadamente 2.000 pessoas em suas reuniões mensais. A longevidade dos CCS e a crescente importância de sua existência como porta-voz das demandas dos diferentes municípios, bairros e localidades sobre os

problemas relacionados à segurança pública apontam para um amadurecimento de suas ações ao longo do tempo.

Apesar do reconhecimento de sua importância, a sociedade de modo geral ainda conhece muito pouco sobre a sua organização e atuação local. Considerando essa lacuna, o presente relatório, utilizando os anos de 2013 e 2014 como referencial de análise, busca atenuar esse desconhecimento e, ao mesmo tempo, fortalecer a prática política daqueles que já reconhecem esses canais como legítimos espaços de participação social.

Para tanto, este relatório está dividido em cinco partes, além desta apresentação, da nota metodológica e do panorama das atas que seguem. Na primeira parte, apresentamos um breve histórico da institucionalização dos conselhos no estado do Rio de Janeiro; na segunda parte, examinamos a dinâmica dos CCS, levando em consideração sua distribuição pelo estado, os processos de estruturação, reestruturação e desativação dos mesmos; na terceira parte, produzimos alguns dados sobre o perfil dos participantes; na quarta parte, agregamos informações sobre as demandas produzidas no fluxo das reuniões de CCS. Por fim, na quinta parte, apresentamos dados sobre a visibilidade dos CCS.

Além disso, apresentaremos informações gerais sobre os conselhos, seus participantes e sua dinâmica de funcionamento, oferecendo uma visão mais nuançada de todos os conselhos, privilegiando conhecer suas especificidades regionais e características locais.

Utilizando recursos de georreferenciamento, também buscamos, por meio dos mapas temáticos, demonstrar espacialmente alguns dos aspectos do funcionamento, dinâmica e principais demandas levadas aos CCS.

Por fim, é importante destacar que este relatório só se tornou possível por conta do esforço da maior parte dos conselhos quanto à documentação das reuniões realizadas, o que resultou na produção das 841 atas de reunião aqui analisadas. Portanto, o ISP espera, com este primeiro Relatório Anual dos CCS, contribuir para o sucesso de suas iniciativas e para o reconhecimento do trabalho dos Conselhos Comunitários de Segurança do estado do Rio de Janeiro.



Notas Metodológicas

Este relatório combina técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa social. O método de análise de conteúdo foi adotado como recurso principal para a construção das análises presentes neste documento. As atas das reuniões tanto em papel¹ como as eletrônicas² foram a fonte principal de dados adotada neste trabalho. As atas oferecem um rico material relacionado à dinâmica mensal desses conselhos, além de possibilitar observar a produção discursiva dos mesmos no que tange à construção de suas demandas, tensões internas e formas de resolução dos problemas adotados pelo conjunto dos participantes dos CCS.

Sobre as atas é necessário esclarecer alguns pontos. Trata-se de documentos produzidos pelos CCS. Sendo assim, as categorias dispostas nas atas são discursos nativos construídos por cada diretoria, sobretudo pelo Presidente e 1º Secretário, agentes sociais envolvidos diretamente na produção desses documentos. É importante ressaltar que a ata é apenas um retrato da reunião, ela não reproduz fidedignamente todas as dimensões significativas que ocorreram na ocasião da reunião. Ela é, antes, fruto de uma escolha operada pela diretoria, que produz uma hierarquia do discurso, estabelecendo o que é considerado importante para constar na ata. No caso das atas eletrônicas, este dado merece ser ainda melhor problematizado, uma vez que se refere a um sistema cujo objetivo é padronizar a linguagem das atas. Neste sentido, os cursos oferecidos pela Coordenadoria dos CCS aos conselheiros para ajudá-los na construção de suas atas têm grande relevância. É evidente que tais cursos afetam diretamente a produção discursiva desses agentes, incidindo no processo de construção das atas e também na forma como os conselheiros organizam as reuniões.

Para sistematizar os dados das atas foi utilizado um *software* de análise de dados qualitativos chamado *NVivo*. Este software colabora com o pesquisador, organizando as informações contidas em documentos diversos e possibilitando análises dos discursos neles apresentados. O *NVivo* foi desenvolvido especialmente para a análise de pesquisas qualitativas, sendo um programa novo e pouco usado no Brasil, porém com uma vasta aceitação nos EUA.

Os dados sobre o perfil dos participantes de CCS foram obtidos junto aos documentos sobre a composição das diretorias. Tais informações são encaminhadas à Coordenadoria dos CCS na ocasião da posse ou ainda nas eventuais substituições de membros.

A este material somam-se outras fontes, tais como a legislação que regula o funcionamento dos CCS, os processos de desativação e reestruturação dos conselhos no estado, assim como a rotina de atendimentos e visitas da Coordenadoria aos CCS. Este último recurso, a experiência de gestão da Coordenadoria dos CCS, é de suma importância para a construção deste relatório por dois motivos: 1) permite que seja avaliada a relação da Coordenadoria com os CCS; 2) permite um olhar mais aproximado sobre esses conselhos, oferecendo caminhos para a interpretação de sua dinâmica, que somente os dados das atas não conseguiriam dar conta.

1 - A ata em papel é elaborada pelo 1º Secretário por meio do *Microsoft Word* e posteriormente encaminhada eletronicamente em formato PDF, por correio eletrônico, ou impressa e encaminhada pelos Correios, pessoalmente por um membro do CCS ou ainda pelo Batalhão de Polícia Militar. Cabe informar que nem sempre as atas são confeccionadas pelo secretário do CCS. Algumas vezes elas são feitas pelo próprio presidente do CCS. Em localidades onde ocorrem conjuntamente CCS e Café Comunitário, a produção da ata tem a colaboração de um oficial do Batalhão.

2 - O Sistema Ata Eletrônica foi desenvolvido pelo Instituto de Segurança Pública – ISP, com a cooperação técnica do PRODERJ, com o objetivo de otimizar o envio e manuseio das atas das reuniões de Conselhos Comunitários de Segurança. Este sistema persegue os seguintes pontos: 1) padronizar a confecção das atas dos CCS visando a uma melhor compreensão das solicitações dos participantes; 2) agilizar o encaminhamento das demandas às autoridades de Segurança Pública e suas respectivas providências; 3) Fornecer aos CCS uma ferramenta mais prática e moderna de confecção de atas adaptada às novas realidades no tocante à gestão de informações.



Breve Histórico

Os Conselhos Comunitários de Segurança foram instituídos no estado do Rio de Janeiro no ano de 1999, como parte de um esforço governamental de reestruturação da política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro³. De acordo com Teixeira (2006):

“Esta ação estava inserida na implantação de uma política pública de segurança, que se fundamentou num entendimento mais amplo do conceito de ordem, tornando possível a existência de outros tipos de mediação para o gerenciamento de seus diversos conflitos e a redução da criminalidade” (Teixeira, 2006, p. 205).

É neste contexto que os CCS foram instituídos formalmente no Rio de Janeiro, passando a fazer parte do Plano Estadual de Segurança, Justiça e Cidadania, o qual, entre outras ações, previa mudanças estruturais no modelo de gestão da segurança pública. Dentre essas novidades, destacam-se as Delegacias Legais e as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)⁴. Ambas teriam como objetivo integrar as ações das polícias Civil e Militar, aproximando-as das comunidades abrangidas pelas AISP, através de uma gestão participativa para a identificação e resolução dos problemas locais referentes à segurança pública (Moraes, 2012).

Os Conselhos Comunitários de Segurança têm natureza consultiva e vêm se constituindo como importantes canais de participação popular junto às instituições policiais – Polícia Civil e a Polícia Militar. Atualmente, o estado do Rio de Janeiro possui 65 conselhos ativos distribuídos em 45 municípios fluminenses. Uma das premissas que delinea a construção destes conselhos é o resgate da credibilidade das polícias frente à sociedade, transmitindo confiança e sentimento de segurança.

No tocante aos atos normativos que institucionalizam e regulam o funcionamento dos CCS, há um conjunto de resoluções emanadas pela Secretaria de Estado de Segurança (SESEG/RJ): a Resolução SSP Nº 263/1999, que cria os Conselhos Comunitários de Segurança e estabelece algumas regras gerais sobre o seu funcionamento; a Resolução SSP Nº 781/2005, que aprova o Regulamento dos CCS; a Resolução SESEG 78/2007; e a SESEG 547/2012, que altera as anteriores.

Sobre a criação da [Coordenadoria dos Conselhos Comunitários](#), em 2004, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) transferiu a coordenação do CCS ao Instituto de Segurança Pública (ISP) e através da Resolução SSP 781/2005, a qual, “em resumo, criava regras mínimas para o funcionamento dos conselhos e, além disso, em seus primeiros artigos, aponta a presença do ISP na organização dos CCS, através da figura do Coordenador dos CCS.” (Moraes, 2013, p.10).

3 - A Resolução SSP 263 de 26 de julho de 1999 cria as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) e institui os Conselhos Comunitários de Segurança no Estado do Rio de Janeiro.

4 - As Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) foram, em linhas gerais, estruturadas com base nas áreas geográficas de atuação das polícias Civil e Militar. Dessa maneira, o contorno geográfico de cada AISP foi estabelecido a partir da área de atuação de um batalhão de Polícia Militar e das circunscrições das delegacias de Polícia Judiciária contidas na respectiva localidade.

Quanto à sua composição, os Conselhos Comunitários de Segurança são formados por membros natos, efetivos e participantes. Os membros natos são os representantes da Polícia Militar (Comandante do Batalhão) e da Polícia Civil (Delegado Titular) responsáveis pela área de circunscrição do CCS⁵, sendo que a participação dos representantes das polícias é obrigatória, ao passo que a dos representantes da sociedade civil é voluntária. Os membros efetivos são representantes de organizações atuantes na área dos CCS, ou membros da comunidade que voluntariamente manifestam seu interesse em vincular-se ao CCS. Essa adesão é feita através do preenchimento de ficha cadastral. A estrutura mínima de uma diretoria de CCS é composta por cinco cargos preenchidos por eleição, com exceção da primeira que pode ser indicada pelos membros natos. Estes cargos são: Presidente, Vice-Presidente, 1º secretário, 2º secretário e Diretor Social e de Assuntos Comunitários. Eles ainda precisam atender a uma série de requisitos previstos na resolução, dentre eles: ter idade mínima de 18 anos; não possuir registro de antecedentes criminais; morar, trabalhar ou estudar na área de circunscrição do CCS, ou em circunscrição vizinha que ainda não possua CCS organizado; e seguir as normas reguladoras dos conselhos. Já os membros participantes são aqueles que frequentam as reuniões do CCS, mas não possuem nenhum vínculo efetivo com o mesmo (Moraes, 2012; 2013).

Outro dado importante sobre os CCS é que a sua disposição geográfica é aquela correspondente aos contornos das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)⁶, mas não necessariamente restritos a elas. A configuração espacial de cada AISP é estabelecida a partir da área de atuação de um batalhão de Polícia Militar e as circunscrições das delegacias de Polícia Civil nela contidas. Entretanto, uma AISP pode conter mais de um CCS. Essa existência está condicionada às especificidades de cada região: por exemplo, a AISP 25 possui sete municípios atendidos por um mesmo batalhão, assim, esta AISP possui mais de um CCS, em função da diversidade dos municípios que a compõem.

Os CCS têm por função estimular as demandas da comunidade de forma que os integrantes das polícias e os demais órgãos e entidades do campo da segurança pública possam desenvolver suas ações em defesa da comunidade, bem como: estimular o espírito cívico e comunitário; desenvolver um trabalho auxiliar de prevenção da violência; agregar as lideranças comunitárias juntamente com as autoridades locais, com o objetivo de planejar ações integradas de segurança pública; promover eventos comunitários que fortaleçam o vínculo da comunidade com a polícia; estudar, discutir e desenvolver sugestões e encaminhamentos para as políticas públicas de segurança;

Desde 2004, os CCS passaram a contar com uma Coordenadoria, uma instância oficial criada para coordenar a estruturação, a continuidade e o exercício da participação nos CCS. As ações desenvolvidas pela Coordenadoria são classificadas como internas e externas. As ações internas são:

- 1) Assessorar as estratégias de aproximação dos CCS junto aos membros natos;
- 2) Supervisionar os processos eleitorais dos CCS;
- 3) Acompanhar a dinâmica dos CCS, com reuniões com a diretoria, visitas, mediação de conflito entre os conselheiros etc.;
- 4) Assegurar o cumprimento das regras de funcionamento dos CCS de acordo com a Resolução SSP nº 781/2005;
- 5) Incentivar a implantação de novos conselhos, bem como a reativação dos inativos;
- 6) Divulgar a agenda dos CCS através do site do ISP;
- 7) Editar guias e manuais de funcionamento dos CCS;
- 8) Gerenciar o recebimento e a guarda das atas das reuniões dos conselhos.

5 - Normalmente esta corresponde à Área Integrada de Segurança Pública, todavia há situações em que a extensão da AISP e limites dos municípios tornam necessário o desdobramento de mais de um CCS por AISP.

6 - Ver relação das AISP no anexo I

funcionar como fórum para a prestação de contas por parte da polícia quanto à sua atuação local e, por fim, assumir a função de aproximar a sociedade e as instituições de segurança pública através da perspectiva da prevenção.

Dadas essas características, é possível afirmar que o conceito que de forma mais bem-acabada norteia as ações dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública é o de governança democrática. Para Silva (2005), a governança democrática se efetiva em “arenas e canais, institucionalizados ou não, de diálogo e negociação entre governo e sociedade”. Sua análise central reside no fato de que a esfera pública passa a incorporar representantes da sociedade civil organizada nos locais onde políticas públicas são discutidas e/ou produzidas, caso dos CCS do estado do Rio de Janeiro.

O conceito de governança democrática transfere a ênfase da capacidade de governar para a relação de ajuda e conflito que se estabelece entre o governo e os diversos atores sociais. Além disso, sugere que a capacidade de governar não está unicamente ligada ao aparato institucional formal, mas supõe a construção de arranjos pelos atores sociais, em função de fatores tais como: interação entre as diversas categorias desses atores, as orientações ideológicas e os recursos disponíveis.



Panorama das Atas

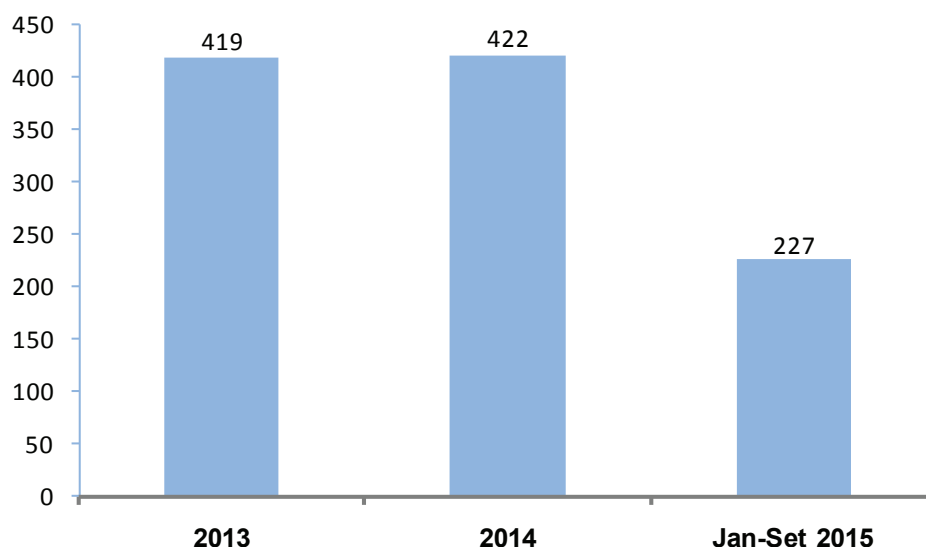
A produção de atas é uma atribuição dos conselhos e faz parte de sua dinâmica de funcionamento. O participante da diretoria responsável pela confecção das atas é o/a 1º Secretário/a com a supervisão do Presidente de CCS. Desde a institucionalização dos CCS, as atas vêm sendo um importante espaço no qual é registrada a memória dos CCS, privilegiando temas diferentes, tais como demandas, processo eleitoral, tensões internas dos CCS, problemas com os membros natos, etc. Em suma, é um documento que revela os meandros das narrativas que são produzidas nas reuniões de CCS, em função disso merecem ser destacadas como estratégias importantes para melhor conhecer os CCS, assim como o processo de construção de agendas relacionadas à segurança pública no estado.

A partir de 2005, foi possibilitada a construção das atas em formato eletrônico – o Sistema Ata Eletrônica. Trata-se de um sistema pensado por funcionários do Instituto de Segurança Pública com a cooperação técnica do PRODERTJ. Desta importante parceria resultou um sistema inteligente que possibilita não apenas armazenar informações sobre as reuniões de CCS, mas também obter informações consolidadas acerca do funcionamento dos mesmos.

Nesta parte do relatório, construiremos um panorama das atas inseridas no sistema com o objetivo de oferecer uma visão de conjunto desses documentos. A ideia que permeia este esforço de reconstrução do fluxo das atas para a Coordenadoria dos CCS é mostrar a gradativa adesão das diretorias dos CCS ao Sistema Ata Eletrônica.

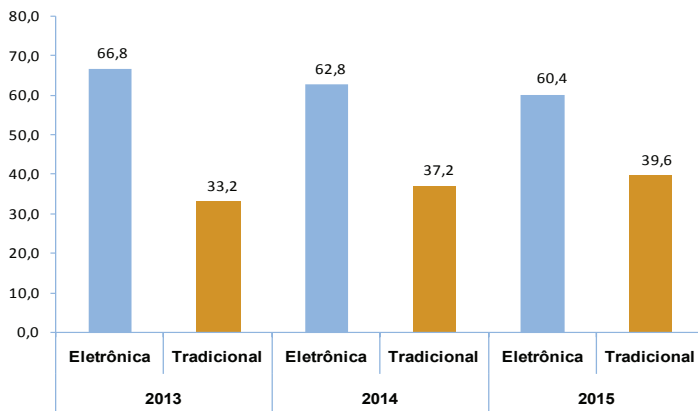
O **Gráfico 1** mostra o volume total das atas enviadas a esta Coordenadoria dos CCS no período de 2013 a setembro de 2015. O conjunto das informações contidas nestes documentos foi a matéria-prima deste relatório.

Gráfico 1 – Atas enviadas à Coordenadoria dos CCS – 2013-2015 – Valores Totais



Fonte: ISP.

Gráfico 2 – Total de atas – segundo o modo de produção – 2013-2015* – Valores Percentuais



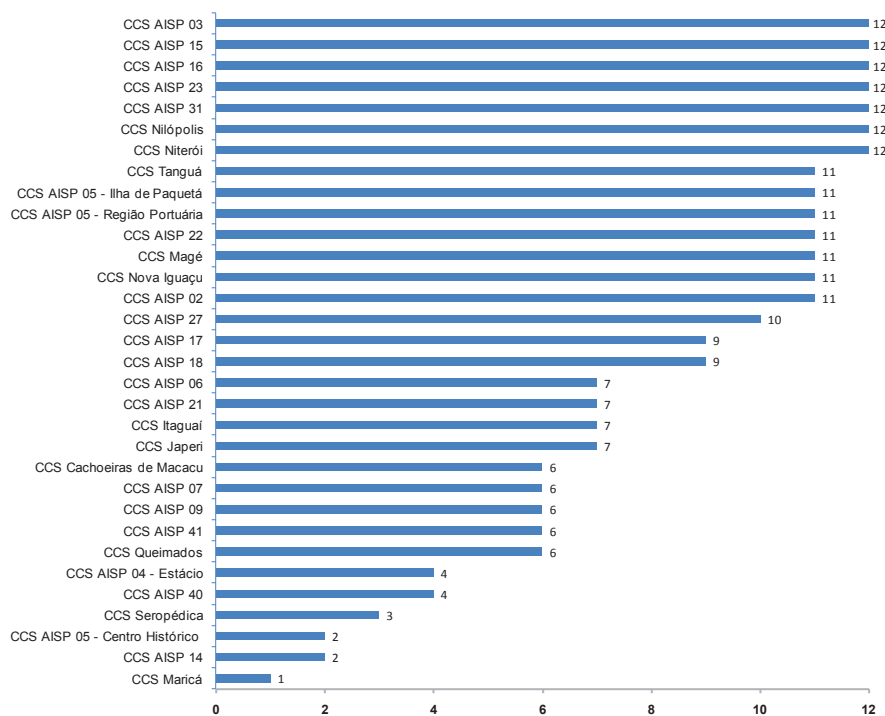
Fonte: ISP.

*Os dados relativos a 2015 compreendem o período entre janeiro e setembro.

Como podemos perceber no **Gráfico 2**, que apresenta os totais das atas segundo o modo de produção de janeiro de 2013 a setembro de 2015, a maioria das diretorias tem optado pela emissão de suas atas pelo Sistema Ata Eletrônica. Sugerimos que tal adesão está relacionada às sucessivas qualificações realizadas pela equipe da Coordenadoria dos CCS junto a estes conselhos, bem como a gradativa incorporação desta forma de fazer atas pelos conselheiros. Esse esforço de adesão deu resultado: hoje mais de 60% do volume de atas recebidas pela Coordenadoria chegam pelo referido Sistema.

Considerando que o objetivo do Instituto de Segurança Pública, através da Coordenadoria dos CCS, é o de ampliar a visibilidade tanto do trabalho dos conselheiros quanto dos assuntos e demandas levados aos CCS nas diferentes regiões do estado, buscou-se neste relatório apresentar o total de aproveitamento das atas recebidas, quaisquer que sejam os modos que tenham sido confeccionadas. Assim, os gráficos a seguir apresentam os totais de atas enviadas pelos CCS, segundo a Região Metropolitana e Interior⁷. Esta informação permite ao leitor visualizar o *ranking* das atas enviadas e o volume de dados trabalhados, assim como seus reflexos e limitações com relação às análises e inferências aqui apresentadas.

Gráfico 3 – Total de atas entregues – Região Metropolitana – 2013

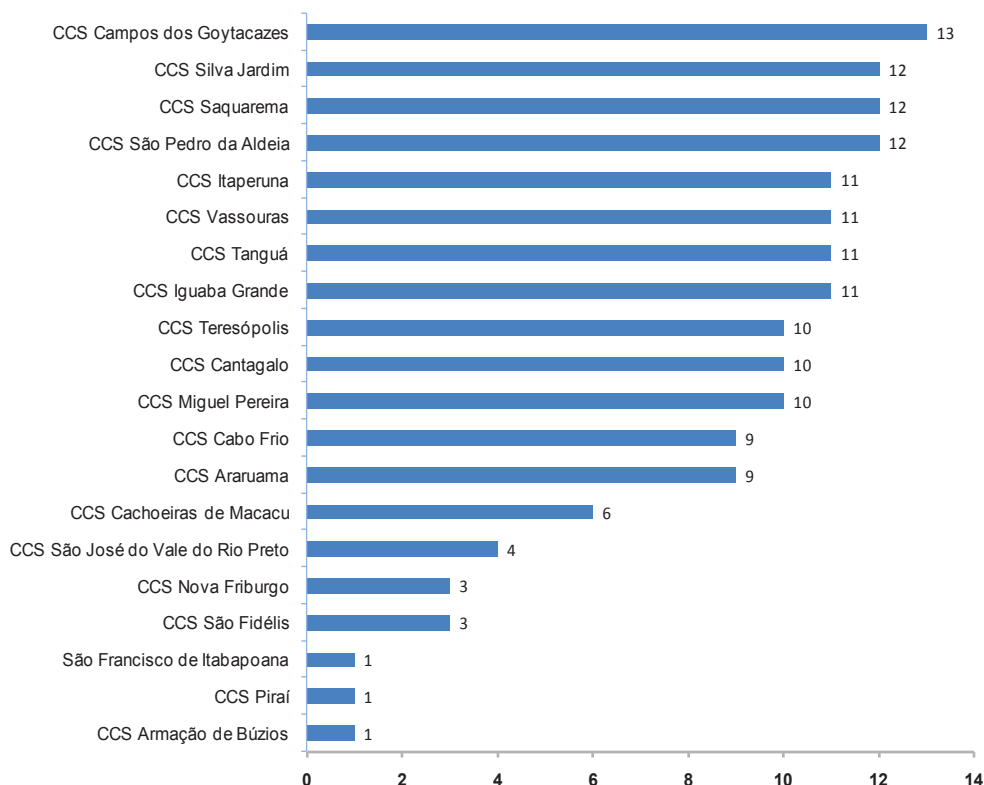


Fonte: ISP.

7 - Ver Relação das AISP no Anexo I

O **Gráfico 3** apresenta a distribuição do envio de atas por CCS da Região Metropolitana em 2013, a qual inclui a capital, municípios da Baixada Fluminense e da região do Leste Fluminense (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Maricá). Percebe-se que a Região Metropolitana é responsável pela maioria das atas enviadas a Coordenadoria. Destaca-se a regularidade deste envio pelos CCS AISP 03, CCS AISP 15 (Duque de Caxias), CCS AISP 16, CCS AISP 23, CCS AISP 31, CCS Nilópolis (AISP 20) e CCS Niterói (AISP 12).

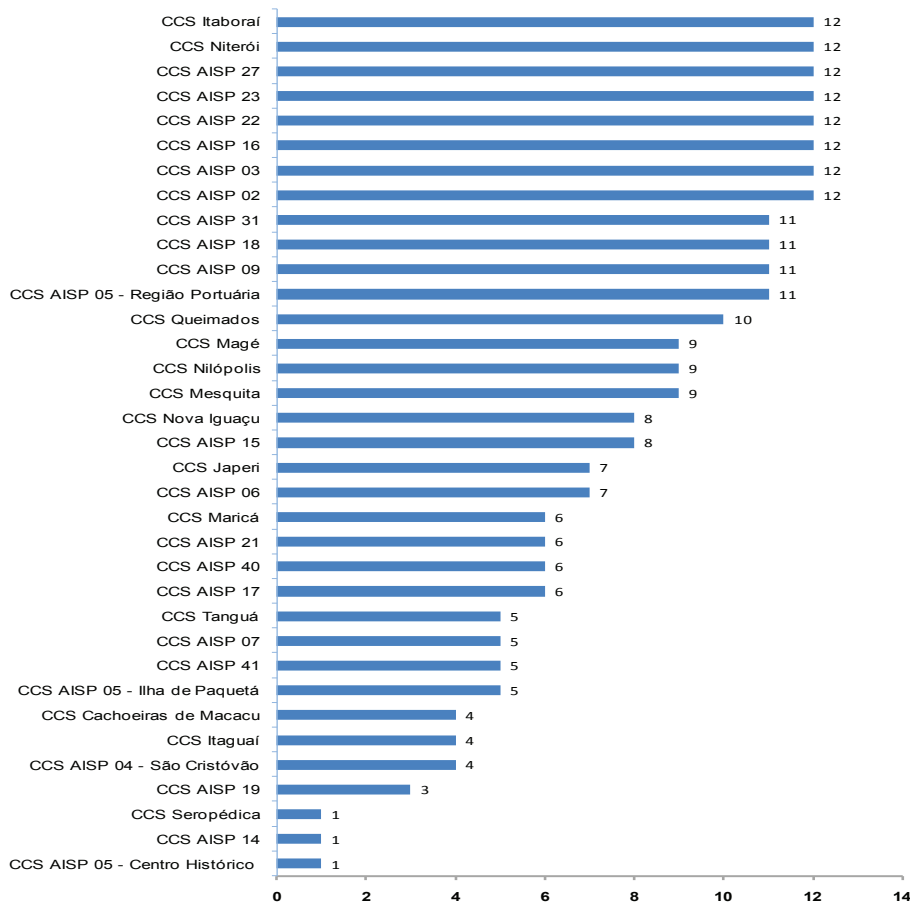
Gráfico 4 – Total de atas entregues – Interior – 2013



Fonte: ISP.

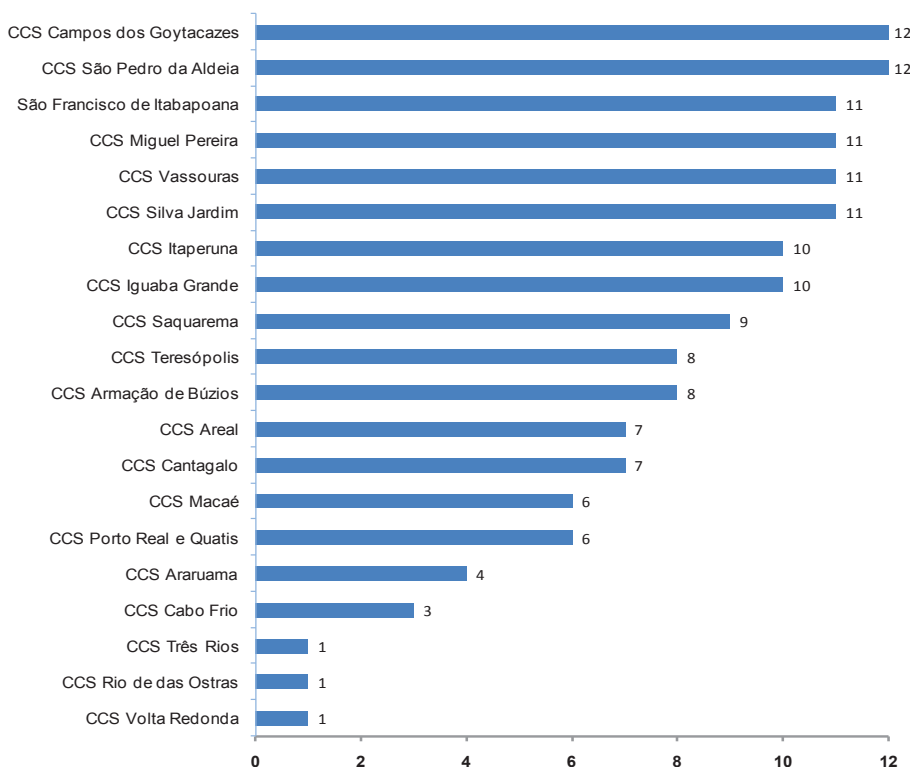
O **Gráfico 4** apresenta a distribuição do envio de atas por CCS do interior do estado em 2013. Percebe-se que a participação do interior fluminense na entrega das atas é bem mais tímida quando comparada com a da Região Metropolitana. Destaca-se a regularidade do envio das atas pelos CCS Campos dos Goytacazes (AISP 8), CCS Silva Jardim (AISP 35), CCS Saquarema (AISP 25) e CCS São Pedro da Aldeia (AISP 25).

Gráfico 5 – Total de atas entregues – Região Metropolitana - 2014



Fonte: ISP.

Gráfico 6 – Total de atas entregues – Interior – 2014



Fonte: ISP.

O **Gráfico 5** apresenta a distribuição do envio de atas por CCS da Região Metropolitana em 2014. É possível perceber a expressiva presença de CCS da capital quando comparada a de outros municípios da Região Metropolitana. Destaca-se a regularidade do envio das atas pelos CCS Niterói (AISP 12), CCS AISP 27, CCS AISP 23, CCS AISP 22, CCS AISP 16, CCS AISP 03 e CCS AISP 02.

O **Gráfico 6** apresenta a distribuição do envio de atas por CCS do interior do estado em 2014. Quando comparado com 2013, percebe-se um aumento do envio de atas pelos CCS desta região. Destaca-se, como em 2013, a regularidade no envio das atas pelos CCS Campos dos Goytacazes (AISP 8), CCS São Pedro da Aldeia (AISP 25) e CCS São Francisco de Itabapoana (AISP 8).



Dados sobre o funcionamento dos CCS do estado do Rio de Janeiro

Esta parte do relatório tem como objetivo analisar alguns dados sobre o funcionamento dos CCS no estado, que, desde 1999, vêm consolidando sua presença em diferentes regiões do estado. Apresentamos aqui o primeiro levantamento reunindo dados dos CCS no estado do Rio de Janeiro. Buscamos oferecer ao leitor um panorama desses conselhos, privilegiando sua dinâmica, agentes e a produção de demandas.

Cabe destacar que o universo de 841 atas analisadas corresponde a 59% das reuniões realizadas pelos CCS ativos em 2013 e 62% das realizadas em 2014. Assim, estes dados não figuram como expressões fiéis da dinâmica dos conselhos, mas sim como um recorte dessas realidades, influenciados, primeiramente, pela dependência do envio desses registros pelos conselheiros ao ISP e, em um segundo momento, pela qualidade e recorte feito pelo próprio relator da ata.

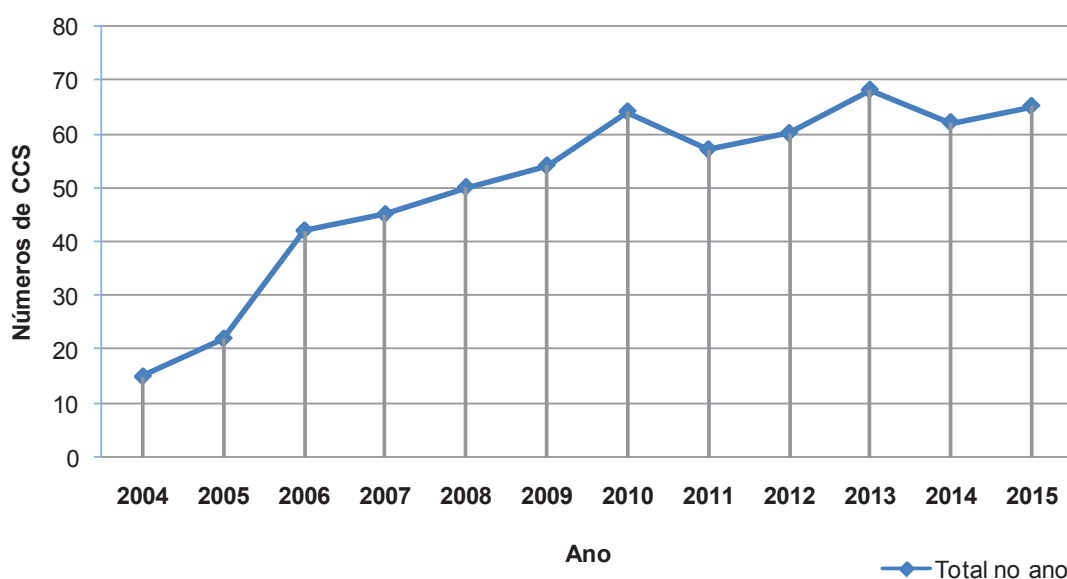
Dinâmica dos CCS no estado do Rio de Janeiro

A quantidade de CCS no Rio de Janeiro é um dado dinâmico que demanda da Coordenadoria dos CCS um monitoramento constante quanto aos movimentos de estruturação, reestruturação e desativação pelos quais passam esses conselhos. Nesta parte do relatório, buscamos oferecer uma visão panorâmica desses movimentos.

Evolução do quantitativo de CCS no estado do Rio de Janeiro

O **Gráfico 7** apresenta em uma série histórica a evolução do número de CCS no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2004 e 2015. Esse recurso nos permite oferecer uma visão de conjunto da movimentação dos CCS neste período de tempo.

**Gráfico 7 – Série histórica da evolução dos CCS no estado do Rio de Janeiro
2004-2015 – Valores Totais**



Fonte: ISP.

A partir do **Gráfico 7** é possível inferir um conjunto de questões importantes para compreendermos a dinâmica dos CCS. Antes, contudo, é necessário destacar a inexistência de informações sistemáticas sobre os primeiros cinco anos de existência dos CCS no estado do Rio de Janeiro (MORAES, 2012).

Sobre esta questão, cabe destacar que os CCS foram criados, por norma jurídica, no ano de 1999. Em 2003, houve uma tentativa governamental de revitalização dos Conselhos Comunitários de Segurança através de uma resolução da Secretaria de Segurança Pública⁸, que também instituiu formalmente os “Cafés Comunitários”. Somente em novembro de 2004, o ISP recebeu a incumbência de organizar e sistematizar os CCS no estado. Em agosto 2005 foi editada a Resolução SSP nº 781/2005, que instituiu o Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Isso explica porque o início da série histórica observada no **Gráfico 7** começa apenas em 2004, já que foi neste ano que, segundo os dados disponíveis, se iniciou a conversão de alguns dos **Cafés Comunitários** em Conselhos Comunitários de Segurança (CCS). Os Cafés Comunitários constituíram a primeira tentativa de estimular a população à participação no campo da segurança pública do Rio de Janeiro. Tal iniciativa assentava-se na ideia de “abrir” os batalhões à população, incentivando práticas de aproximação entre a polícia, sobretudo a militar, e a comunidade.

A formação de conselhos constituiu o segundo momento deste conjunto de iniciativas, estruturada na ideia de que o estado “entregaria” a tarefa de organizar este espaço de interlocução para a sociedade local. Naquele primeiro momento, durante os anos de 2004 a 2006, há que se destacar o trabalho do então Major PM Paulo Augusto Teixeira, que assumiu o compromisso de circular nesses Cafés para propor tal conversão. Através de uma rotina de visitas aos Cafés, foi possível formalizar 42 conselhos naqueles três anos.

Desde então, o número de CCS no estado tem oscilado em função dos processos de estruturação, reestruturação e desativação. Em 2013, percebemos um salto significativo no número de CCS – 68 conselhos. Argumentamos que este aumento está relacionado à mudança na legislação que disciplina os CCS, ocorrida em 2012, a qual estendeu o período de vigência das diretorias no cargo de um para dois anos. Tal mudança fez com que muitas diretorias que estavam para realizar eleições gozassem das prerrogativas da alteração da resolução, ocupando estes cargos por mais dois anos. Certamente, tal informação revigorou o ânimo de muitos CCS que se encontravam, por exemplo, com problemas relacionados à sucessão eleitoral.

Os Cafés Comunitários foram criados em maio de 2003, por uma resolução da Secretaria de Estado de Segurança. Estes Cafés constituem espaços de confraternização, que podem ser apresentados como um mecanismo eficiente na mudança de visão da sociedade sobre a polícia, proporcionando uma possibilidade de interação entre os policiais militares e o cidadão. Os Cafés Comunitários ainda ocorrem em algumas AISP, sobretudo naquelas, como a AISP 29, onde existe somente um CCS.

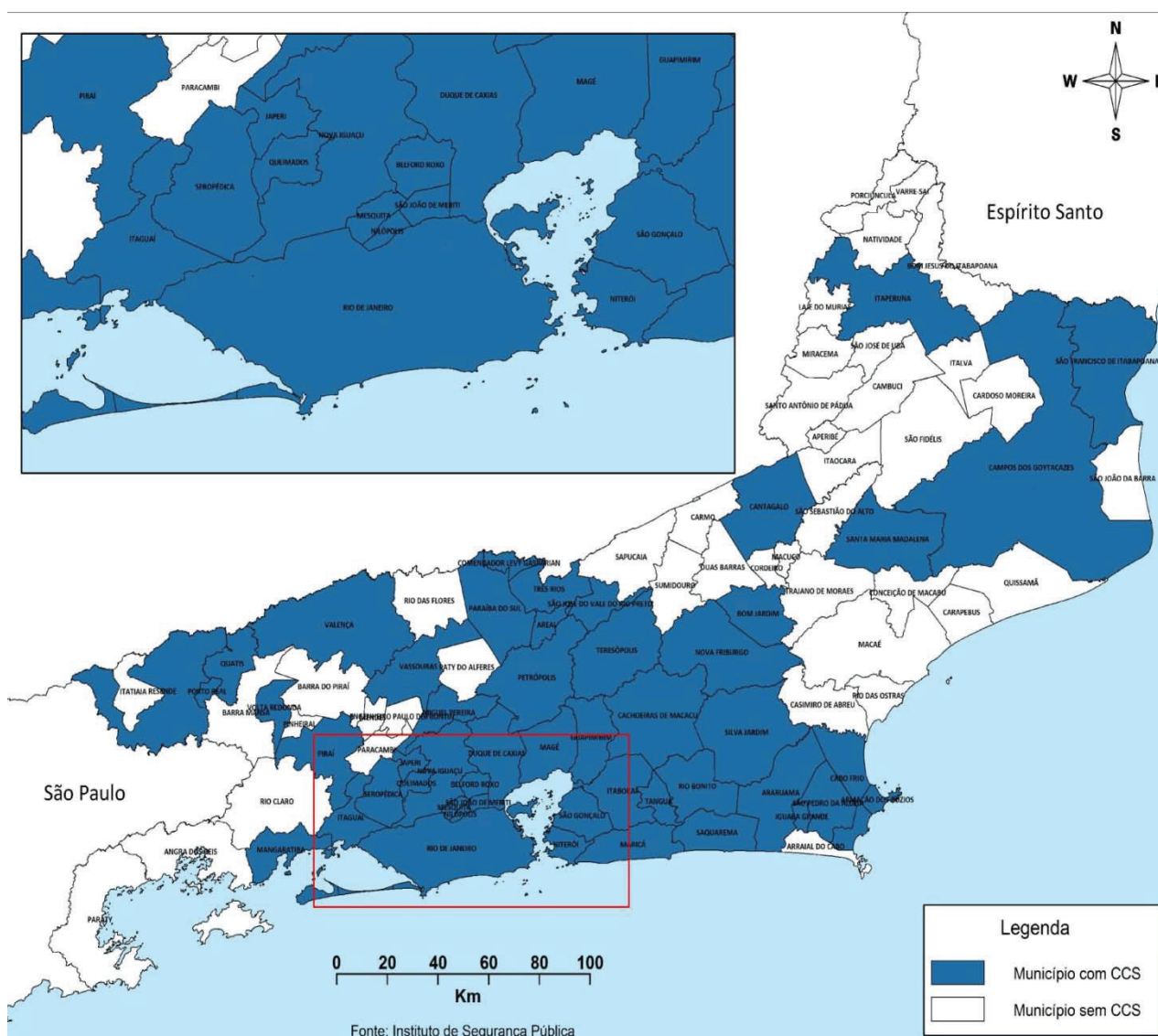
8 - Resolução SSP nº 629, de 19 de maio de 2003.

A experiência de gestão da Coordenadoria dos CCS tem mostrado que o processo eleitoral, ato necessário para cancelar a mudança da diretoria, incide diretamente no número de CCS no estado. Muitos conselhos se queixam de não haver candidatos interessados em assumir cargos na diretoria, sobretudo os de Presidente e Vice-Presidente, os quais não podem ser ocupados pelas mesmas pessoas da gestão anterior (Resolução SSP nº 781/2005). Esta ausência de interessados pode levar o CCS à situação de inatividade. Isso explica, em parte, a redução do número de CCS ativos em 2014, pois neste ano 45 diretorias deveriam realizar eleições. Atualmente, até setembro de 2015, a Coordenadoria contabiliza 65 conselhos.

Quadro situacional dos CCS no estado do Rio de Janeiro

Nesta subseção encontramos a distribuição espacial dos conselhos existentes no estado em setembro de 2015, além de análises mais detalhadas acerca dos processos internos que afetam sua longevidade e efetivo funcionamento.

Mapa 1 – Distribuição dos CCS por municípios no estado do Rio de Janeiro e na capital – 2015



Fonte: ISP.

A visualização do **Mapa 1** permite observar uma concentração de conselhos implementados nas regiões do estado com alta densidade populacional. Todos os municípios localizados na Região Metropolitana, à exceção de Paracambi, contam com a presença de conselhos. Quando considerada a região da Baixada Fluminense, o município de Paracambi segue sendo a única localidade que ainda não possui conselho.

Nota-se que os municípios que ainda não possuem CCS implementado estão basicamente concentrados nas áreas limítrofes do estado; ou seja, regiões geograficamente distantes da capital fluminense. A mesorregião do Noroeste Fluminense é uma dessas regiões com uma expressiva quantidade de municípios que atualmente não contam com a presença de CCS. Essa região compreende as AISP 29 e 36, das quais somente Itaperuna (AISP 29) possui um CCS.

Outra mesorregião que vale destacar em relação à pouca presença de conselhos é a da Costa Verde, onde se localizam os municípios de Paraty, Angra dos Reis, Rio Claro e Mangaratiba, todos pertencentes à AISP 33. Apenas o município de Mangaratiba possui CCS.

Na tabela a seguir, podemos observar a relação dos municípios dessas regiões que possuem e aqueles que não possuem CCS no período de análise deste relatório (até setembro de 2015). Com exceção de Cardoso Moreira, Italva e Santo Antônio de Pádua, que já tiveram conselhos, e que atualmente encontram-se desativados, todos os outros municípios nunca tiveram CCS instituídos.

Tabela 1 – Situação dos CCS da AISP 29 e 36 – 2013 a 2015*

AISP	CCS	Situação 2013	Situação 2014	Situação 2015
29	Cardoso Moreira	DESATIVADO	DESATIVADO	DESATIVADO
	Italva	DESATIVADO	DESATIVADO	DESATIVADO
	Bom Jesus de Itabapoana	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS
	Varre-Sai	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS
	Porciúncula	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS
	Natividade	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS
	São José de Ubá	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS
	Laje do Muriaé	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS
	Itaperuna	ATIVO	ATIVO	ATIVO
36	Santo Antônio de Pádua	ATIVO	DESATIVADO	DESATIVADO
	Itaocara	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS
	São Sebastião do Alto	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS
	Miracema	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS
	Aperibé	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS
	Cambuci	Não Havia CCS	Não Havia CCS	Não Havia CCS

Fonte: ISP.

*Os dados relativos a 2015 correspondem o período entre janeiro e setembro.

É importante destacar que os processos de criação ou reativação dos CCS dependem do alinhamento entre a iniciativa dos membros natos das áreas de atuação dos CCS (Comandantes de Batalhão, Delegados Titulares e Comandantes de Companhia da PM) e a existência de representantes da comunidade local aptos e interessados em assumirem tais funções. Certamente, a experiência da Coordenadoria dos CCS vem mostrando que esse movimento pode ser provocado tanto pela comunidade, quanto pelos membros natos, desde que haja entendimento entre esses dois segmentos de atores. Os processos administrativos que chegam à Coordenadoria têm mostrado que entre o primeiro movimento de criação ou reativação de um CCS até sua efetiva homologação pode-se decorrer um ano ou mais.

Apesar de não dispormos de dados que precisamente expliquem a ausência de CCS nessas regiões, podemos sugerir que a implantação ou não de CCS em uma determinada localidade está condicionada a um

conjunto de fatores que incluem: a adesão da população a outros canais de participação, como as associações de moradores e os conselhos de direitos; a percepção da violência pela população como um problema; e o estímulo das instituições policiais à construção de canais de diálogo com a população. Em conjunto, essas condições proporcionam a ambiência perfeita para a construção de uma sensibilidade que pode promover a formação de um CCS.

Há situações em que, na ausência de interesse das comunidades em assumir as responsabilidades de um CCS, os comandantes de Batalhão da PM investem na realização dos Cafés Comunitários nos municípios sem CCS. Tal prática tem sido observada especificamente na AISP 29, destacada na **Tabela 1**, em que o 29º Batalhão – Itaperuna tem realizado cafés Comunitários itinerantes nos oito municípios que compõem a AISP.

Embora se constitua como uma região de veraneio, procurada por uma população flutuante ao longo de todo o ano, sobretudo no verão, o que em si poderia ocasionar problemas relacionados à segurança pública em função do aumento populacional, os municípios dessa região, ao longo dos últimos três anos, não manifestaram a intenção de formar um CCS. Cabe destacar, porém, algumas iniciativas infrutíferas no município de Angra dos Reis, que chegou inclusive a contar com incentivo do Ministério Público, que através de Ação Civil Pública e da realização de Audiência Pública sobre segurança no município, sugeriu, em março de 2014, a criação do CCS Angra dos Reis.

Quando considerada somente a capital, tal como mostra o **Mapa 1**, a presença dos CCS é bastante expressiva. É possível perceber que todas as AISP da capital possuem CCS em funcionamento. Sugerimos que esta adesão plena está associada a uma memória de participação já previamente existente entre os participantes desses conselhos. Não contamos com dados que revelem a adesão das diretorias e demais membros efetivos a outros canais de participação comunitária, mas a experiência de gestão da Coordenadoria dos CCS leva a acreditar que muitas dessas lideranças se ligam a esses outros canais: associações de moradores, clubes sociais, associações de bairro, sindicatos, agremiações etc. Tais afirmações estão presentes ainda na literatura especializada que trata dos conselhos comunitários, inclusive em outros estados (Zavataro, 2006).

Estes estudos têm mostrado que os participantes de conselhos comunitários de segurança geralmente estão engajados em outros espaços associativos, como as associações de moradores. Assim, a inserção nos CCS seria mais uma possibilidade de especialização de demandas à qual se vincula à trajetória militante desses participantes. É possível afirmar que estas pessoas já possuíam uma “carreira militante” antes de ingressar nos CCS. Nestes termos, a participação em segurança pública é o resultado da especialização dessa militância motivada pelo conjunto de experiências e sensações associadas à suposta ausência de segurança no bairro de residência, estudo ou trabalho.

A proximidade com as instâncias de poder também é um dado que merece ser considerado para adensar a participação e impulsionar a formação de um CCS. Estão situados na capital não somente a sede do governo estadual como ainda outros importantes espaços de poder, tais como os batalhões especiais e a própria Secretaria de Estado de Segurança. Essa proximidade favorece o intercâmbio entre a comunidade e essas esferas de poder, proporcionando uma sensação de proximidade maior, assentada na ideia de que “estão sendo ouvidos”.

Outro elemento que se relaciona a esta dinâmica dos CCS da capital é a representação da violência que circula entre a população da cidade do Rio de Janeiro. Um conteúdo significativo dessas representações é construído pela mídia – jornais, revistas, internet, etc. Os efeitos dessas representações são refletidos na população no que se convencionou chamar de “sentimento de insegurança”, o qual tende a aumentar as expectativas da população por iniciativas públicas no campo da segurança. Certamente, os CCS estão ligados a esses processos, uma vez que aparecem como canais de articulação de demandas por serviços públicos.

Portanto, seria incorreto afirmar que a ausência dos CCS nos municípios mais afastados da capital é um dado isolado. Ela vem acompanhada da ausência ou esvaziamento de outros espaços de participação social e também das diferentes percepções em torno da noção de violência que afetam a construção de políticas públicas neste campo.

Outra característica significativa da presença dos CCS no estado do Rio de Janeiro é a sua movimentação. O número de CCS no estado se relaciona à dinâmica desses conselhos quanto aos movimentos de estruturação, reestruturação e desestruturação. Tais movimentações se relacionam às lógicas locais e aos interesses individuais e coletivos que envolvem não somente a comunidade, mas ainda as prefeituras, instituições policiais e, sobretudo, o comércio. As tabelas que seguem mostram esta dinâmica no período examinado neste relatório.

Artigo 25 - As condições para ser membro efetivo são:

I - Ser voluntário.

II - Ter idade mínima de 18 anos.

III - Residir, trabalhar ou estudar na área de circunscrição do CCS, ou em circunscrição vizinha, que ainda não possua CCS organizado, enquanto perdurar tal carência.

Tabela 2 – CCS Estruturados e Reestruturados – 2013-2015*

2013	
AISP	Local
08	São Francisco de Itabapoana
10	Piraí
24	Queimados
24	Japeri
32	Conceição de Macabu
36	Tanguá
37	Quatis e Porto Real
37	Resende
38	Três Rios
2014	
11	Santa Maria Madalena
17	Ilha do Governador
08	São Fidélis
20	Mesquita
26	Armação dos Búzios
38	Comendador Levy Gasparian
38	Areal
38	Paraíba do Sul
24	Seropédica
25	Araruama
2015	
05	Ilha de Paquetá
25	Cabo Frio
25	Armação dos Búzios
26	Petrópolis
30	São José do Vale do Rio Preto
37	Resende
39	Belford Roxo

Fonte: ISP.

*Os dados relativos a 2015 correspondem o período entre janeiro e setembro.

Na **Tabela 2** podemos visualizar a dinâmica de estruturação e reestruturação dos CCS no estado do Rio de Janeiro no período de 2013 e 2014 e até setembro de 2015. Como dissemos acima, os movimentos de situação dos CCS estão relacionados a mudanças de contextos institucionais e interesses locais que valem a pena ser destacados. Neste cenário, percebemos que em certos casos as articulações realizadas pelos comerciantes locais se destacam como um dos principais motivadores da construção de um CCS. De uma forma geral, essa motivação é materializada sob o contorno de um problema concreto vivenciado pelo conjunto desses comerciantes, como o aumento do número de furtos e roubos em uma dada área geográfica. A presença constante dos comerciantes ou lojistas nas reuniões de CCS também foi percebida na Pesquisa Nacional dos Conselhos de Segurança Pública, conduzida pela SENASP, a qual mostrou que este seguimento representava 62% do total dos questionários respondidos (SENASP, 2008).

As prefeituras locais também interferem nesse processo de constituição dos CCS. Além de se fazerem presentes através de seus secretários municipais e empresas públicas, em muitas situações são as próprias prefeituras que buscam informações sobre o funcionamento do CCS e formas de constituição. Tal processo é mais comum no interior do estado. Os dados das atas das reuniões de CCS têm revelado que essa vontade da prefeitura em constituir CCS e mesmo de participar ativamente deles se constitui em

uma estratégia de ação junto ao governo estadual e federal, já que é uma chance de mostrar as carências do município no que se relaciona aos investimentos destas duas esferas. Junta-se a isso o estabelecimento dos **Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM)** nos quais é prevista a participação de representantes da sociedade civil, geralmente vindos dos CCS, que possuem assento nestes espaços de controle social.

Os CCS vêm ganhando ao longo do tempo reconhecimento e visibilidade perante segmentos públicos e privados. Nesse sentido, a formalização e institucionalidade fornecida pela Secretaria de Estado de Segurança a estes conselhos dependem do cumprimento das regras mínimas de funcionamento. Portanto, um CCS é considerado desativado quando deixa de reunir as condições necessárias de funcionamento. Essas condições são estabelecidas pela Resolução SSP n° 781/2005 e fiscalizadas pela Coordenadoria dos CCS, instância que disciplina estes protocolos.

Tabela 3 – CCS desativados – 2013-2015*

Ano	AISP	Conselho	Motivação
2013	AISP 30 AISP 32 AISP 36	São José do Vale do Rio Preto Rio das Ostras Santo Antonio de Pádua	Não realizar eleições do período previsto Não cumprimento da resolução A período da diretoria do CCS
2014	AISP 04 AISP 05 AISP 08 AISP 11 AISP 11 AISP 17 AISP 24 AISP 25 AISP 26 AISP 10 AISP 37	Estácio, Cidade Nova, Rio Comprido, Catumbi e Centro (parte) Paquetá São Fidélis Macuco Cordeiro Ilha do Governador Seropédica Araruama Petrópolis Miguel Pereira Resende	Não realizar eleições do período previsto Não realizar eleições do período previsto A pedido da diretoria do CCS Não cumprimento da resolução Não cumprimento da resolução Não realizar reuniões por mais de 120 dias Não realizar eleições do período previsto Não realizar reuniões por mais de 120 dias Não realizar eleições do período previsto Não realizar reuniões por mais de 120 dias Não realizar reuniões por mais de 120 dias
2015	AISP 10 AISP 11 AISP 25 AISP 25 AISP 32	Piraí Nova Friburgo Cabo Frio Armação dos Búzios Conceição de Macabu	Não realizar eleições do período previsto Não realizar eleições do período previsto Não realizar reuniões por mais de 120 dias A pedido da diretoria do CCS Não realizar eleições do período previsto

Fonte: ISP.

*Os dados relativos a 2015 correspondem o período entre janeiro e setembro.

A **Tabela 3** traz um panorama desses processos nos últimos três anos. Nela podemos observar os CCS desativados por período e motivação. Os processos formais de desativação administrados pela Coordenadoria dos CCS geralmente dizem respeito às seguintes questões:

- Ausência de um número mínimo de participantes nas reuniões: nestes casos o CCS perde a sua razão de existir uma vez que é a própria comunidade que esvazia este espaço;

- Não proceder de acordo com a resolução SSP n° 781/2005 no tocante à regularidade das reuniões: a ausência de reunião por prazo igual ou superior a 120 dias enseja inatividade do CCS. Este problema geralmente se relaciona ao tópico anterior, ou seja, insuficiência de quórum nas reuniões mensais. Diante deste fato, a diretoria deixa de realizar as reuniões mensais passando a fazer em outros prazos;

- Não realizar eleições no período estabelecido: a eleição é fundamental para a manutenção e renovação do CCS. A Coordenadoria supervisiona estes prazos, alertando e cobrando as eleições e quando esses prazos são desrespeitados incidem na desativação do CCS;

- Desistência da diretoria do CCS em dar continuidade aos trabalhos: tendo em vista a natureza voluntária e não remunerada dos CCS, a frustração de expectativas ou problemas

O Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGIM articula as três esferas de governo e as diferentes forças de segurança pública e reúne em sua composição mínima: prefeito municipal, autoridades municipais responsáveis pela segurança pública e defesa social; autoridades municipais responsáveis pelas ações sociais e preventivas; autoridades estaduais da área de segurança que atuam no município: Polícia Civil, Polícia Militar e Defesa Civil; autoridades federais que atuam no município: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal; Ministério da Justiça, quando existir representação. Outros representantes de entidades públicas ou privadas, da Magistratura, da Defensoria Pública, do Ministério Público, por exemplo, poderão ser convidados a participar de reuniões e atividades do Gabinete, em especial os fóruns comunitários e municipais de segurança pública. GGIM é uma rede que atua para propor ações integradas e promove o intercâmbio de informações e experiências, alimentando o sistema de planejamento e de políticas municipais preventivas de segurança pública. (Ribeiro e Cortes, 2009).

Tabela 4 - Número total de CCS que realizou eleição por ano – 2013-2015

Ano	Quantidade de CCS que realizaram eleição
2013	14
2014	42
2015	12

Fonte: ISP.

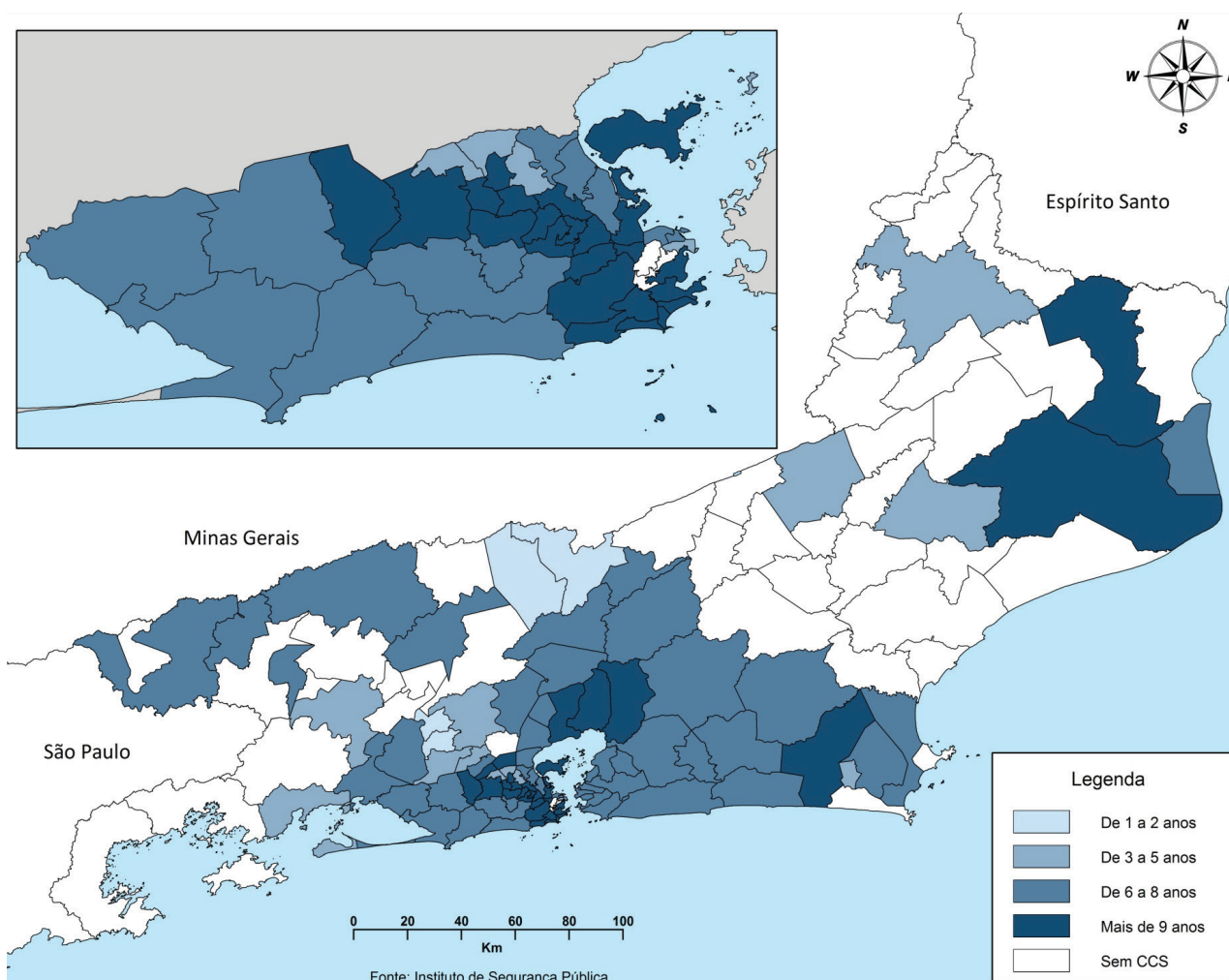
*Os dados relativos a 2015 correspondem o período entre janeiro e setembro.

de relacionamento no âmbito das diretorias, dentre outros fatores, podem ocasionar a desistência de uma diretoria.

Quando considerados somente aqueles conselhos que fizeram eleição no período de 2013 a setembro de 2015, obtemos a seguinte distribuição: 2013 (14 conselhos); 2014 (42 conselhos) e 2015 (12 conselhos). Como podemos observar, a quantidade de conselhos que fizeram eleição em 2014 é superior quando

comparada ao ano anterior, 2013, e ao ano atual, considerando as eleições ocorridas até setembro de 2015. Tal diferença se justifica por conta da concentração no tempo de vigência de cada diretoria, bem como a alteração da Resolução 781, em 2012, a qual estendeu o período de gestão das diretorias.

Mapa 2 – Distribuição dos CCS do estado do Rio de Janeiro e da capital por tempo de existência – 2006-2015



Fonte: ISP.

Quando considerado o **Mapa 2**, podemos inferir algumas questões quanto à longevidade dos CCS no estado e na capital. É possível perceber que na capital se concentram os CCS com um grau maior de consolidação, o que pode ser avaliado pelo tempo de funcionamento. Muitos desses CCS começaram a fazer suas reuniões nos moldes da Resolução SSP nº 781/2005 já em 2006, ano em que alguns Cafés Comunitários começam a ganhar um formato mais institucionalizado, convertendo-se posteriormente em CCS. As gradações de azul tendo como epicentro a capital e expandindo-se para a Baixada Fluminense e Grande Niterói revelam que nestas regiões os conselhos já fazem parte da geografia da segurança pública, sendo espaços reconhecidos pelos batalhões e delegacias. O conjunto dos conselhos com mais de seis anos de idade é um dado a ser comemorado, posto que aponta para a vitalidade desses espaços associativos, ainda que sua existência seja condicionada pela ação voluntária dos agentes envolvidos.



Características das participações dos conselhos

Os CCS são formados por uma diretoria mínima de cinco membros efetivos eleitos para ocupar este cargo no período de dois anos de acordo com a Resolução SSP nº 781/2005, a qual disciplina o funcionamento dos CCS. As diretorias se constituem como núcleos através dos quais se articulam as ações que dão vitalidade aos CCS. É com este núcleo que a Coordenadoria dialoga com mais frequência, tanto em interações rotineiras como também buscando soluções para os seus conflitos internos ou mesmo com outras instituições. Além disso, são as diretorias do CCS que organizam as reuniões, convocam os participantes e produzem as atas.

A efetiva participação da diretoria é item obrigatório a ser respeitado para que o CCS seja considerado ativo. Considerando somente os integrantes das diretorias, podemos afirmar que, em 2013, aproximadamente 320 pessoas participaram ativamente da organização e funcionamento dos CCS em todo o estado. Já em 2014, o número de participantes ligados às diretorias do CCS totalizou 306 pessoas. Esse número é reflexo da inatividade de alguns CCS em 2014. Todavia, consideramos este um número expressivo, uma vez que se trata de um considerável nível de envolvimento, compromisso e responsabilidade que mobiliza mais de 300 voluntários.

Contudo, os CCS não são apenas formados pelas suas diretorias. Existe um número variável de participantes advindos de instituições policiais, passando por instituições jurídicas, associações de moradores e moradores individualmente. Esse incremento de diversificação institucional da participação de outras esferas administrativas também foram assinalados como um dos maiores avanços dos conselhos de direitos no Brasil, como mostrou a Pesquisa Nacional sobre os Conselhos de Direitos no Brasil, conduzida pelo IPEA, em 2012.

Através da **Tabela 5** podemos visualizar a variedade de instituições que se fizeram presentes nas reuniões dos CCS no estado no período de 2013 e 2014, registrada nas atas encaminhadas à Coordenadoria dos CCS.

Tabela 5 – Instituições que participaram das reuniões de CCS – 2013-2014

Instituições Participantes	
Aeronáutica	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
Associação de Moradores	Organização Não-Governamental - ONG
Associações Comerciais, Industriais e Rurais	Outra Prefeitura
Clube de Serviços	Poder Executivo
Conselho Tutelar	Poder Judiciário
Corpo de Bombeiro Militar	Poder Legislativo
Defensoria Pública	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - PCERJ
Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM	Polícia Federal
Empresas Privadas	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ
Empresas Públicas	Polícia Rodoviária federal
Entidades Religiosas	Prefeitura Local
Estabelecimentos de Ensino	Redes Comunitárias
Exército	Sindicatos
Guarda Municipal	Unidade Especializada da PCERJ
Imprensa	Unidade Especializada da PMERJ
Instituto de Segurança Pública - ISP	Ministério Público
Light	Moradores
Marinha	Núcleos Comunitários
Mídia	

Fonte: ISP.

Essa variedade de instituições participantes revela a plasticidade e a alta capacidade de articulação dos CCS em seus municípios e bairros. Esta habilidade é um fator importante para estimular sua visibilidade junto à comunidade. Vale ressaltar que o número de instituições participantes nas reuniões exerce influência na escala de reconhecimento do CCS como um espaço útil de interlocução e resolução de problemas. A diversidade de órgãos públicos que esses espaços congregam provoca a sensação de que lá o morador conseguirá resolver o seu problema – sentimento que garante reconhecimento ao CCS, elemento fundamental para a sua manutenção.

Frequência de participantes

Além das diretorias e das instituições, participam das reuniões também a comunidade de uma forma geral. Nas partes que seguem deste relatório, daremos destaque a esses participantes, privilegiando conhecer de forma mais aproximada alguns pontos considerados relevantes desse tipo de participação.

A possibilidade de quantificar os participantes de reuniões de CCS esbarra em diferentes dificuldades que merecem ser consideradas. Uma dessas dificuldades é a rotatividade das pessoas que participam das reuniões, já que muitas delas nem sempre repetem esta ação em outros meses. Tal participação esporádica é quase sempre mediada pela experiência de algum sinistro, como um furto ou problemas de vizinhança, como “perturbação do sossego”. Há, ainda, aquelas pessoas que possuem uma participação assídua, a saber, os membros efetivos (que compõem a diretoria do CCS) e os membros natos (representantes da PMERJ e da PCERJ). Ao quantificar o número de participantes, estes três grupos são considerados no cálculo que produzirá como resultados: o número de pessoas presentes nas reuniões; o número total de reuniões realizadas; e a média de participantes por reunião.

Outro ponto a ser considerado no que tange ao quantitativo de participantes é o registro dessas presenças em ata. O Sistema Ata Eletrônica permite a inserção destes dados e o encaminhamento dos mesmos à Coordenadoria dos CCS. Todavia, para alguns CCS isso não chega a constituir qualquer entrave. Já nas atas em papel, essa informação depende de verificação de livros e/ou de uma lista de presença, os quais são documentos internos dos CCS. Por este motivo, os números apresentados referem-se somente a dados encontrados nas atas eletrônicas.

Dadas as dinâmicas de atividade x inatividade dos CCS, assim como a adesão e/ao uso da ferramenta de registro das atas ou sua descontinuidade pelos conselheiros, não necessariamente haverá os mesmos CCS em ambas as tabelas que seguem (**Tabelas 6 e 7**).

Tabela 6 – Média de participantes por CCS – Sistema Ata Eletrônica – 2013

CCS	Total de Participantes	Total de atas enviadas	Média de Participantes
CCS AISP 23	710	12	59
CCS Nova Iguaçu	643	11	58
CCS AISP 03	639	12	53
CCS AISP 31	615	12	51
CCS AISP 05 Paquetá	515	11	47
CCS São Pedro da Aldeia	505	12	42
CCS AISP 27	393	10	39
CCS AISP 12	448	12	37
CCS AISP 05 Região Portuária	399	11	36
CCS Saquarema	400	12	33
CCS Silva Jardim	398	12	33
CCS Duque de Caxias	395	12	33
CCS AISP 16	345	11	31
CCS AISP Magé	302	10	30
CCS São João de Meriti	197	7	28
CCS Campos dos Goytacazes	363	13	28
CCS Miguel Pereira	272	10	27
CCS Itaperuma	282	11	26
CCS São Fidélis	102	4	26
CCS AISP 22	275	11	25
CCS Iguaba Grande	200	8	25
CCS Queimados	137	6	23
CCS Cantagalo	181	10	18
CCS Mangaratiba	101	6	17
CCS Santo Antônio de Pádua	48	3	16
CCS Nova Friburgo	42	3	14
CCS Vassouras	150	11	14
CCS Tanguá	56	11	5
Total	9113	274	876

Fonte: ISP / PRODERJ

A **Tabela 6** mostra a média de participantes no ano de 2013 de um total de 28 CCS. Podemos perceber que existe uma diferença significativa de conselho para conselho. Duas razões justificam esse movimento: 1) alguns conselhos não entregam as atas periodicamente à Coordenadoria, dificultando esta contagem; 2) alguns conselhos conseguem manter, mais que outros, uma maior frequência de pessoas todos os meses. Como já dito, isto pode estar relacionado às características locais de cada conselho. Assim como se observam conselhos com onze reuniões ao ano e uma frequência média de cinco participantes, também se observa conselhos com menos de cinco reuniões ao ano e uma frequência média de mais de dez participantes. Associado a isto, há CCS formado em áreas de forte vocação comercial e outros em regiões eminentemente residenciais, o que produz diferenças significativas quanto ao número de participantes nas reuniões.

Os dados reunidos pela Coordenadoria revelam ainda que o volume dos participantes está condicionado a determinadas habilidades dos CCS, sobretudo aquela de gerar solidariedade entre moradores, instituições e empresas – consolidando vínculos e lealdades entre essas pessoas que afluem para a reunião. Essas lealdades, geralmente, são produzidas pelo reconhecimento de que no conselho é “possível resolver o meu problema”. Quanto mais o conselho produz reconhecimento em cima dos problemas superados, mais atração ele tende a gerar na comunidade. Outra forma de atrair as lealdades da população é conseguir levar às reuniões um número variável de instituições e/ou autoridades do poder público, as quais tenham a capacidade de produzir a sensação de que a população tem um espaço de voz.

Tabela 7 – Média de participantes por CCS – Sistema Ata Eletrônica – 2014

CCS	Total de Participantes	Total de atas enviadas	Média de Participantes
CCS São Francisco de Itabapoana	945	9	105
CCS AISP 23	758	12	63
CCS AISP 31	540	11	49
CCS São Pedro da Aldeia	526	11	48
CCS Iguaba Grande	318	7	45
CCS Armação de Búzios	315	7	45
CCS Nova Iguaçu	210	5	42
CCS AISP 03	494	12	41
CCS AISP 27	492	12	41
CCS AISP 05 Região Portuária	443	11	40
CCS AISP 22	393	12	33
CCS Niterói	388	12	32
CCS Duque de Caxias	257	8	32
CCS Saquarema	157	5	31
CCS Itaboraí	336	12	28
CCS Itaperuna	278	10	28
CCS São João de Meriti	165	6	28

Continuação

CCS	Total de Participantes	Total de atas enviadas	Média de Participantes
CCS Magé	273	10	27
CCS Miguel Pereira	238	10	24
CCS Campos dos Goytacazes	279	12	23
CCS Quatis e Porto Real	66	3	22
CCS Itaguaí	43	2	22
CCS AISP 41	103	5	21
CCS AISP 16	240	12	20
CCS Queimados	197	10	20
CCS Silva Jardim	231	12	19
CCS Vassouras	145	11	13
CCS Cantagalo	70	7	10
CCS Tanguá	24	5	5
Total	8924	261	957

Fonte: ISP / PRODERJ

A **Tabela 7** mostra a média de participantes no ano de 2014 de um total de 29 CCS. Quando comparado ao ano anterior, 2013, a tabela acima não modifica muito a sua dinâmica. No entanto, um destaque merece ser dado ao CCS de São Francisco de Itabapoana – AISP 08. No ano de 2014, este CCS conseguiu reunir um número expressivo de pessoas através da mobilização dos membros do conselho para construir diálogo entre a prefeitura, associações de moradores, o comércio local e a população. Outro ponto observado pela Coordenadoria foi o interesse do CCS em agregar as unidades especializadas da PMERJ que atuam na região, como foi o caso do Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRV) e a Unidade de Polícia Ambiental (UPAm).

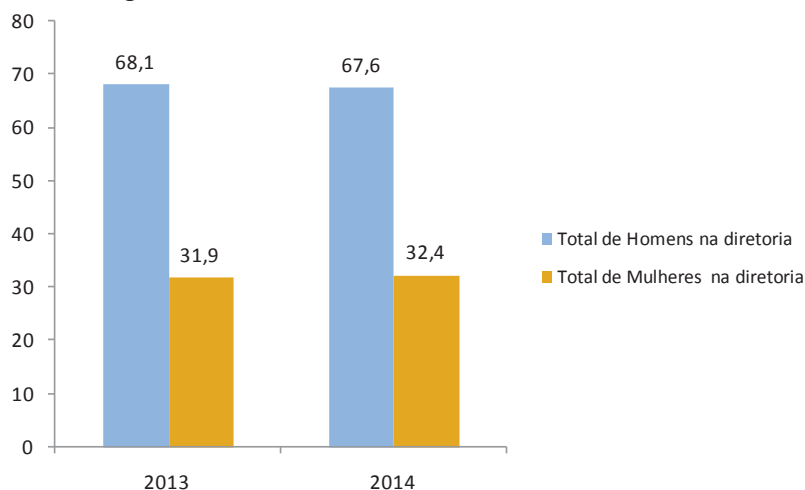
A experiência de gestão da Coordenadoria dos CCS tem revelado que os processos eleitorais municipais exercem imensa influência no comportamento dos CCS, tanto no que diz respeito ao aumento de participantes mensais, quanto no que tange ao número de CCS estruturados e reestruturados. Esta questão é ainda mais visível nos municípios do interior do estado. Podemos perceber nestes conselhos um número significativo de pessoas que transitam nestes espaços, ainda que não recebam quaisquer tipos de incentivos pecuniários por parte do estado ou mesmo de outras instituições para estimular esta participação.

Vale acrescentar ainda que a participação em reuniões de CCS nunca é exclusiva e circunscrita às AISP. Os participantes, geralmente, circulam entre os CCS de AISP próximas. Isto é muito comum na região da Baixada Fluminense, por exemplo, uma localidade composta de municípios que compartilham problemas semelhantes relacionados à ausência de investimentos em infraestrutura urbana. Isto ocorre também na AISP 25 – Região dos Lagos, área que reúne municípios com potencial turístico. Tais movimentações nos permitem afirmar que os participantes de CCS constituem uma corrente formada por laços sociais estruturados por interesses semelhantes. A participação em diferentes CCS permite saber o que está acontecendo nos municípios e bairros vizinhos, em uma estratégia de resolver o problema de forma integrada.

Perfil das diretorias

Os dados reunidos pela Coordenadoria dos CCS sobre as diretorias de CCS também nos oferecem alguns apontamentos sobre o perfil dos membros que compõem a diretoria. Quando considerada a variável sexo, obtemos a seguinte composição para o total dos cinco membros que compõem as diretorias dos conselhos analisados nos anos de 2013 e 2014:

Gráfico 8 – Distribuição dos cargos das diretorias dos CCS segundo sexo – 2013 e 2014 – Valores Percentuais

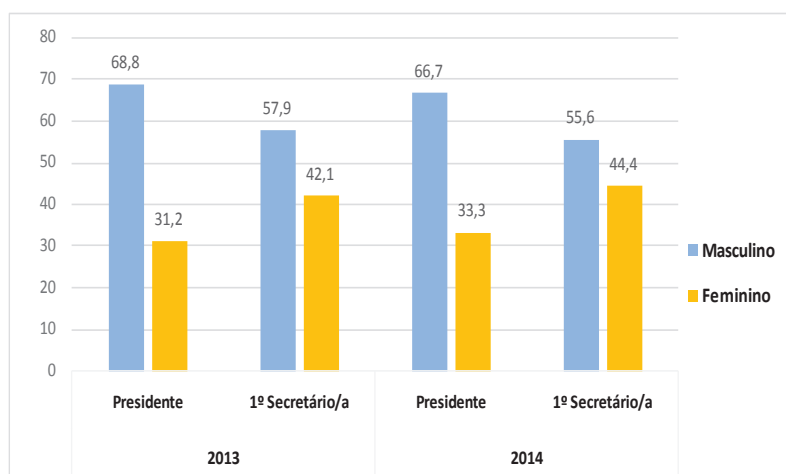


Fonte: ISP.

em 2013, os quais revelam que os homens constituem uma maioria de 63% do total de respondentes ao *survey*, quando comparados às mulheres, as quais representam 37% deste total. Apesar dessa predominância masculina, esses dados merecem mais atenção quando cruzados com outras variáveis. O estudo de Ana Paula Galdeano Cruz sobre os **CONSEG** em São Paulo (2006) aponta, por exemplo, que no município de São Paulo, a presença feminina é mais expressiva e se relaciona diretamente à renda das participantes. Aquelas mulheres com renda mais elevada costumam participar mais dos Conseg paulistanos.

Como podemos perceber no **Gráfico 8**, o número de pessoas do sexo masculino presentes nas diretorias é maior quando comparado ao número daquelas do sexo feminino nos dois anos analisados. Ainda não contamos com subsídios suficientes para compreender se esta variação de sexo se relaciona a outras variáveis como renda, idade, cor e local de moradia. Entretanto, estes valores estão de acordo com os dados reunidos na pesquisa Nacional sobre os Conselhos de Direito no Brasil, realizada pelo IPEA,

Gráfico 9 – Distribuição dos cargos de presidente e 1º secretário de CCS segundo sexo – 2013 e 2014 – Valores Percentuais



Fonte: ISP.

No **Gráfico 9** podemos perceber que o número de participantes em cargo de presidente reflete a tendência dos totais registrados para a diretoria, conforme se verifica no **Gráfico 8**. Há, portanto, uma predominância masculina de 69% contra 31% de mulheres, em 2013; e 67% de homens contra 33% de mulheres, em 2014.

Na Pesquisa Nacional sobre os Conselhos de Segurança, conduzida pela SENASP, em 2008, o número de homens exercendo cargo de presidente de conselhos de segurança é ainda mais expressivo: 76,3% contra 20,7% de mulheres.

A diferença entre homens e mulheres é menor quando observamos a ocupação do cargo de 1º Secretário/a, sendo 42% de mulheres em 2013 e 44% em 2014, como podemos avaliar no **Gráfico 9**.

A ocupação mais acentuada de mulheres em cargos de 1º Secretária pode sinalizar uma correlação deste cargo com estereótipos de gênero. Todavia, é algo que dependerá de um estudo mais sistemático para ser constatado. O conjunto desses dados assinala que os CCS são espaços onde existe uma apropriação feminina bastante expressiva quando comparada com a sociedade brasileira de uma forma geral. As pesquisas que avaliam a participação social em nível nacional têm evidenciado que a participação feminina é ínfima. Tais evidências constituem um ponto que merece destaque, assinalando para a possibilidade de futuras pesquisas que entendam essa participação e a sua implicação com um olhar mais aproximado.

No Estado do Rio de Janeiro a designação CONSEG se refere aos Conselhos Municipais de Segurança. De acordo com Patrício (2009), o conceito de Conselho Municipal de Segurança Pública é construído como um órgão colegiado com a finalidade de diagnosticar os problemas vinculados à violência no município, estabelecer programas coordenados de ações e acompanhar a implementação dos trabalhos, além de gerir fundos provenientes de orçamento e doações.



Demandas dos Conselhos

Nesta subsecção, dedicaremos atenção às demandas produzidas pelos CCS no fluxo das reuniões mensais. Para tanto, vamos dispor das informações contidas tanto nas atas em papel quanto nas atas eletrônicas.

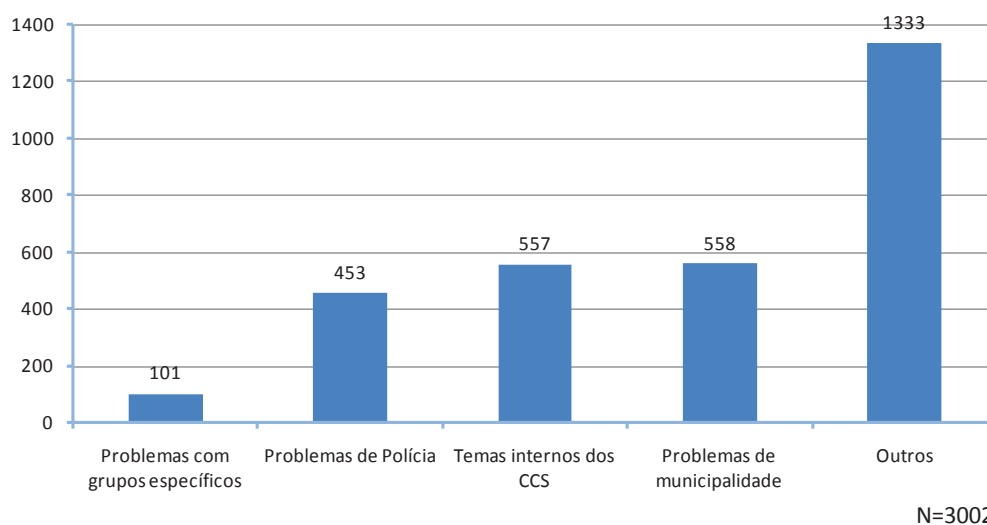
A produção das demandas nos CCS é um processo que merece ser destacado. A experiência de gestão da Coordenadoria dos CCS nos permite afirmar que este processo é mediado por um jogo de forças no qual os agentes sociais envolvidos possuem um lugar destacado.

Todavia, é importante considerar os efeitos causados pelas particularidades de funcionamento de alguns CCS, no que se refere ao acesso à palavra ou ao encaminhamento de demandas pelos participantes durante as reuniões, destacando-se aqueles que privilegiam o encaminhamento das mesmas por escrito, as quais em geral são lidas pelo presidente do CCS ou representantes do setor demandado quando presentes. Nesses casos, devem ser levados em conta os critérios de confecção das atas pelo relator, uma vez que isso pode fazer com que certas demandas, embora não incluídas no texto, ainda assim recebam algum tipo de tratamento pelo órgão responsável, especialmente quando se tratam de denúncias.

Percebe-se que em alguns casos, mesmo na ausência de representantes dos órgãos demandados, os participantes fazem questão de registrar suas demandas, normalmente exigindo fazer constar o registro em ata. Esse aspecto aponta para uma valorização das atas como documentos formais e, em certa medida, úteis como ferramenta de pressão.

O **Gráfico 10** apresenta os números totais de demandas agregadas a partir das categorias disponíveis no Sistema Ata Eletrônica referentes ao somatório de 2013 e 2014. Cabe esclarecer que para fins deste relatório os assuntos e demandas foram agregados em quatro grandes grupos, que serão explicados detalhadamente adiante: a categoria “outros”, por sua vez, acompanhou a utilização feita pelos próprios relatores das atas.

Gráfico 10 – Distribuição das demandas dos CCS – Sistema Ata Eletrônica – 2013 e 2014 – Valores Absolutos



Fonte: ISP / PRODERJ

O **Gráfico 10** nos permite inferir um conjunto de questões. Uma das mais evidentes é a existência de assuntos que não se relacionam diretamente ao que podemos chamar de “problemas de polícia”, os quais a partir das próprias atas compreendem queixas associadas à insuficiência de efetivo policial (146 menções), à falta de viaturas ou a reclamações quanto ao estado das mesmas (47 menções) e problemas vinculados à dinâmica criminal, tais como drogas, furtos, roubos, etc. – os quais perfazem um total de 258 menções quando agregados.

Muitas das demandas são identificadas antes como deficiências de infraestrutura urbana ou decorrentes das mesmas, o que chamamos de “problemas de municipalidade”. Ainda que a categoria “efetivo policial” siga sendo um dos assuntos que, quando desagregada, tende a ser mais visível nas reuniões dos conselhos, perfazendo 146 menções, os demais assuntos, quando agregados, correspondem a um total elevado de temas que não podem ser resolvidos somente acionando a polícia.

A construção de demandas pelos CCS nos permite afirmar que estes conselhos possuem uma característica porosa quando comparada com os outros tipos de conselhos existentes no Brasil. Esta porosidade permite que os CCS façam interagir diferentes demandas, ainda que a segurança seja a espinha dorsal de todas elas. Segundo Maria da Glória Gohn (2005), os conselhos podem ser divididos em três tipos: 1) conselhos relacionados à produção de demandas por serviços públicos (educação, cultura etc.); 2) conselhos relacionados a interesses gerais (meio ambiente é um bom exemplo); e 3) conselhos atravessados por problemas vivenciados por uma camada específica da população (LGBT, mulheres, negros, etc.), podemos dizer que os CCS acabam articulando essas três dimensões em suas reuniões, haja vista que o conjunto dos conflitos expressos na tipologia de Gohn (2005) acaba, ao fim, se constituindo em um “problema de polícia”.

A rubrica “problemas de municipalidade” corresponde a um amplo campo de temas, tais como: trânsito (117 menções), perturbação da ordem pública (94 menções), iluminação pública (46 menções), transporte (45 menções) dentre outros que, ainda que façam parte da construção de percepções sobre a violência, são problemas que passam ao largo das competências das forças policiais ou mesmo da Secretaria de Estado de Segurança. Esses dados mostram como questões que não estão na órbita da polícia fazem efetivamente parte das discussões dos CCS. A forma como esses CCS constroem as suas demandas merece ser melhor compreendida, sobretudo por gestores da política de segurança pública.

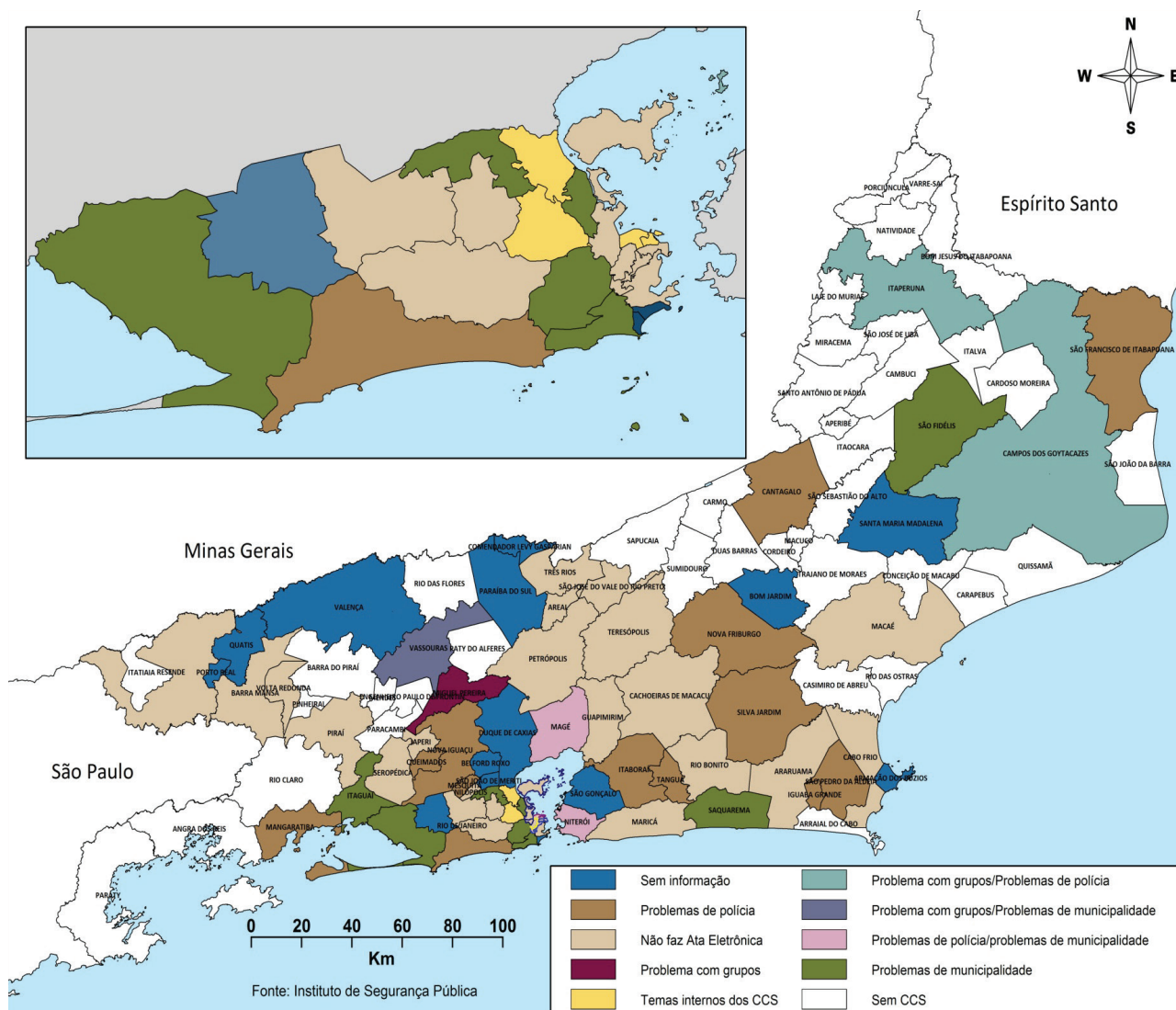
Outro conjunto de demandas detectadas nessas reuniões a partir desse levantamento se insere naquilo que chamamos de “problemas com grupos específicos”, tais como crianças e adolescentes (56 menções), idosos (23 menções), violência doméstica (11 menções), exploração sexual infantil (oito menções) e prostituição (três menções). Estes dados nos permitem afirmar que os problemas produzidos pelos conselhos estão mais relacionados à lógica da “redistribuição”, tal como sugere Fraser (2006) – a infraestrutura urbana é um bom exemplo – do que a do “reconhecimento”, e aqui os direitos das pessoas idosas são um exemplo importante. Isto não quer dizer que a “lógica do reconhecimento” seja coisa de menor valor nos CCS. Sugerimos que seja algo ainda mais complexo, posto que implica dizer que há uma dívida dos setores públicos em oferecer condições adequadas de vida e acesso à cidade, o que faz com que tais carências abafem outros temas e problemas passíveis de discussão nos CCS.

Aquilo que chamamos de “temas internos dos CCS” dizem respeito a um conjunto de temas associados ao funcionamento interno dos CCS, tais como eleições, palestras, moções, homenagens, fluxo de documentos, etc. É interessante destacar como estes assuntos ocupam grande parte dos temas discutidos nessas reuniões, o que nos leva à hipótese de que esses conselhos acabam por constituir espaços de sociabilidade por excelência

onde outras relações de poder permeiam as interações dos conselheiros com as polícias e com eles mesmos. Por outro lado, isso também pode revelar uma seletividade do que entra na ata, que privilegia a própria dinâmica interna e documental do CCS.

O **Mapa 3** nos oferece uma espacialização das principais demandas por conselhos.

Mapa 3 – Principais demandas segundo classificação dos CCS – Ata Eletrônica – 2013 e 2014



Fonte: ISP.

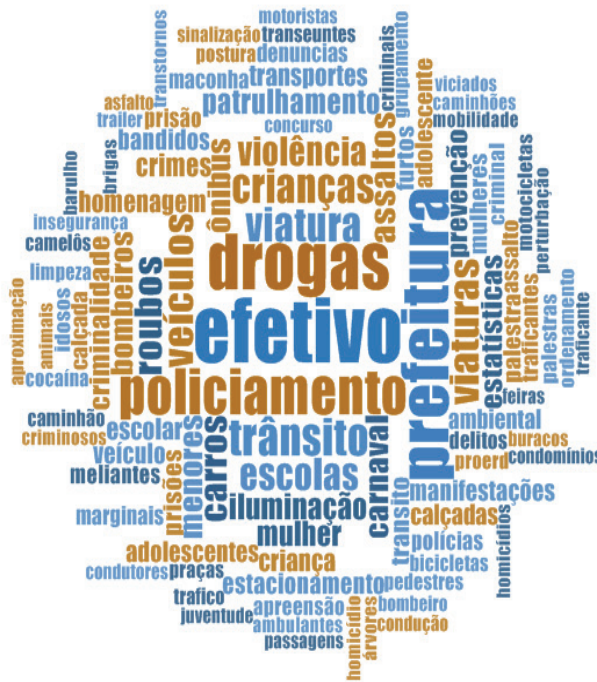
O **Mapa 3** sugere um conjunto de questões relativas às informações disponibilizadas pelos CCS. Como podemos perceber, é significativa a quantidade de conselhos existentes que não fazem ata, tanto eletrônica quanto em papel. Tal dado complexifica o exercício de compreensão do que ocorre nestes conselhos, incluindo a construção de demandas, uma vez que as atas constituem documentação fundamental da dinâmica interna e externa dos CCS, sobretudo naqueles mais distantes da capital.

Como pode ser ainda observado no **Gráfico 10**, é expressiva a quantidade de assuntos relacionados à rubrica “outros” do Sistema Ata Eletrônica: 1333 ocorrências nas atas analisadas. Tal número acaba por obscurecer a diversidade de problemas que podem estar contidos dentro desta categoria. Uma solução que adotamos para fazer emergir o que essas atas entendiam como “outros”, foi usar o programa *NVivo*. Vale

ressaltar que muito daquilo que era compreendido como “outros” eram categorias já existentes no sistema, o que justifica a recorrência das mesmas categorias na nuvem.

Considerando o discurso corrente produzido nestes espaços, os dados das atas em papel e eletrônicas revelam padrões significativos sobre a forma como essas pessoas constroem suas pautas de prioridades relacionadas ao campo da segurança pública. A nuvem de palavras a seguir foi obtida junto a essas atas – em papel e eletrônicas. Trata-se de um recurso visual que oferece a possibilidade de localizar pontos prioritários no discurso produzido por esses conselhos. Foram privilegiadas nesta nuvem somente aquelas categorias que se relacionam às seguintes dimensões: agentes e demandas.

Figura 1 – Nuvem de palavras representando o discurso produzido nas reuniões de CCS a partir das atas em papel – 2013 e 2014



Fonte: ISP.

A **Figura 1** mostra um mapeamento das 100 palavras que aparecem com mais frequência nas reuniões dos conselhos nos anos de 2013 e 2014 a partir das atas em papel. A observação dessas palavras sugere uma prevalência visual de algumas categorias, como “prefeitura”, “efetivo”, “drogas” e “policimento”, quando comparada com as outras. A presença expressiva de demandas relacionadas ao chamado “efetivo policial”, tais como “policimento”, “viatura” e “patulhamento” revelam que os conselhos seguem privilegiando temas relacionados à Polícia Militar, quase sempre relacionada a uma ausência constante de homens na rua. A categoria “concurso” também aparece ligada a esta mesma lógica, ou seja, à necessidade percebida pela população do aumento do número de policiais militares na rua, a qual seria resolvida com a organização de mais concursos pelo governo estadual. A Polícia Civil, bem como as suas ações finalísticas, como investigação e inquéritos, encontram-se fora desse quadro de construção de demandas. Temas que possuem impacto significativo na condução das políticas de segurança no estado, como os “roubos”, “furtos” e “homicídios” também escapam ou aparecem de forma tímida das reuniões de CCS a partir da leitura dessas atas.

Ainda que seja visualmente evidente a constância de demandas relacionadas à questão do efetivo da Polícia Militar, é necessário destacar a grande quantidade de temas relacionados ao que chamamos mais acima de “problemas de municipalidade”, tais como “iluminação”, “asfalto”, “árvores” etc. Tais demandas associadas à expressiva presença da categoria “prefeitura” nessas atas evidencia um nó: a expectativa não cumprida por serviços públicos relacionados à infraestrutura urbana. Essa expectativa acaba por ser convertida em sensação de insegurança, impactando na forma como esses participantes interagem com as polícias.

Temas relacionados a “grupos específicos”, tais como “mulheres”, “crianças e adolescentes” merecem ser destacados. Um exemplo interessante sobre a construção de demandas relacionadas a estes temas é a violência contra a mulher, que ainda que seja uma preocupação recorrente dos movimentos sociais, de órgãos públicos e de outros organismos, não ganha materialidade tão expressiva nas reuniões de CCS. Observa-se também pouca utilização das estatísticas criminais nas reuniões, ainda que sejam percebidas como importantes tanto para as polícias quanto para a comunidade. Tal fato sugere uma maior habilidade desses conselhos em produzir suas demandas, antes em função de uma experiência local do que com base na interação com as estatísticas. Vale destacar a importância desta sensibilidade para a produção de políticas de segurança. Dessa forma, essas questões apontam para a necessidade de uma maior interlocução entre esses dois níveis do discurso: as estatísticas e os relatos da experiência local.

Abaixo segue o mesmo esquema de nuvem de palavras, agora adotando as atas inseridas via Sistema Ata Eletrônica.

Figura 2 – Nuvem de palavras representando o discurso produzido nas reuniões de CCS a partir das atas eletrônicas – 2013 e 2014



Fonte: ISP.

Como é possível inferir com a **Figura 2**, existe pouca variação de conteúdo quando comparado às atas em papel. A questão de fundo persiste sendo as demandas por “quantidade de policiais”, pouco se discutindo sobre o fazer das polícias ou planejamento. Uma miríade de temas relativos às incumbências das prefeituras também

são identificados. Quando tratados em conjunto, podemos perceber que tanto as atas em papel quanto as atas eletrônicas mostram a necessidade de combinar estratégias entre as diferentes esferas de poder, posto que a suposta ausência de policiais nas ruas está relacionada a alguma outra questão: de iluminação, presença de crianças e adolescentes em situação de drogadição, lixo nas vias públicas etc. A exigência por mais policiais sugere falta de planejamento e/ou execução de serviços públicos que acabam se convertendo em demandas para as polícias. Nota-se também que a categoria “drogas” segue sendo nos dois tipos de atas um problema de grande relevo, aparecendo em diferentes momentos nas reuniões: quando falam das chamadas “bocas de fumo”, ou do uso por indivíduos adultos e crianças em situação de rua etc.

O que o processo de produção de demandas pelos CCS tem mostrado a partir das atas eletrônicas e em papel é o que os CCS vêm cumprindo o seu papel de construção de modelos de prevenção à violência, uma vez que os temas negociados nesses espaços apontam para “fatores” e não “consequências” de produção de situações de risco e vulnerabilidade à violência. Nesses termos, ficam claros os motivos que levam à prefeitura e suas instituições correlatas a serem um ponto de articulação desses discursos. Tal fenômeno assinala para a urgência de maior integração entre essas instituições e as polícias, uma relação já preconizada nos CCS.

Isto pode explicar, em parte, a reserva que muitos policiais possuem em relação aos CCS, uma vez que a filosofia de prevenção ainda não se consolidou como prática corrente entre as instituições policiais, dada a sua natureza mais voltada às ações operacionais. O CCS deve ser tomado com um espaço de planejamento, não como local de denúncia ou de apenas congraçamento. Lá, as polícias devem travar contato com a experiência local, consolidando um momento de produção de conhecimento importante na produção de políticas públicas.



Mídia e visibilidade dos CCS

Para analisarmos o grau de visibilidade dos Conselhos Comunitários de Segurança na mídia, realizamos uma busca pelo termo nos veículos listados no serviço de clipping eletrônico do Governo do Estado (“Clipping na Web”), no período de 01/01/2013 a 31/12/2014. Quantitativamente, observamos a seguinte frequência de aparição dos CCS, por veículo e ano:

Tabela 9 – Visibilidade dos CCS na mídia - frequência por veículos de comunicação – 2013 e 2014

Conselhos visibilizados	2013					2014					
	TV	Jornal	Internet	Rádio	Total (I)	TV	Jornal	Internet	Rádio	Total (II)	Total (I+II)
Niterói		30			30		15			15	45
Barra da Tijuca		8	2		10					0	10
S. João de Meriti	1	1			2	3	2			5	7
São Gonçalo		3			3	2				2	5
Mangaratiba		4			4					0	4
CCS em geral		1		1	2	1	1			2	4
Copacabana		3			3					0	3
AISP 09	1	1			2					0	2
Japeri		2			2					0	2
AISP 23		1			1					0	1
AISP 27		1			1					0	1
AISP 06		1			1					0	1
AISP 18	1				1					0	1
Barra Mansa	1				1					0	1
Cabo Frio					0					1	1
Pavuna		1			1			1		0	1
Seropédica		1			1					0	1
Teresópolis					0		1			1	1
Total	4	58	2	1	65	6	19	1	0	26	91

Fonte: Clipping eletrônico do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Dados organizados pela Coordenadoria dos CCS/ISP e Comunicação Social do ISP.

Chama a atenção o fato de o ano de 2013 ter sido bem mais profícuo do que 2014 em termos de citação dos conselhos nos veículos impressos, sobretudo no jornal O Globo, veículo de maior circulação no estado (segundo dados da Associação Nacional dos Jornais). Ao contrário do que poderíamos ser induzidos a supor em um primeiro momento, quando observamos as matérias publicadas, concluímos que não há uma relação direta entre essa maior frequência de menção aos conselhos no jornal e as grandes manifestações de rua ocorridas em junho daquele ano. A citação dos Conselhos Comunitários nas matérias, na maioria das vezes, é dada pela fala de seus membros efetivos (sobretudo seus presidentes) comentando algum problema de criminalidade na região.

Esse fato denota um reconhecimento, por parte da mídia, dos CCS como atores a serem ouvidos nos assuntos relacionados à segurança. Quando fazemos uma leitura das matérias, porém – sobretudo nas dos veículos de maior circulação – observamos que a maior parte delas se concentra em poucos conselhos, com destaque para o de Niterói e o da Barra da Tijuca.

Ao mesmo tempo, nota-se uma ausência de matérias sobre iniciativas realizadas pelos próprios conselhos,

sendo esta então uma fonte pouco eficaz para o mapeamento de boas práticas implementadas pelos CCS. Esse fato expõe uma fragilidade dos conselhos no que diz respeito à comunicação e visibilidade de suas iniciativas para um público mais amplo.

Além da pesquisa realizada nos arquivos do *clipping* eletrônico do Governo do Estado, foi realizado um levantamento junto a matérias de jornais locais enviadas pelos próprios conselhos, instados a isso pela Coordenadoria dos CCS.

Encontramos o resultado resumido na tabela a seguir:

**Tabela 10 – Visibilidade dos CCS - jornais locais enviados pelos conselhos
frequência por veículos de comunicação – 2013-2014**

2013		2014	
Veículo	Frequência	Veículo	Frequência
Nosso Bairro (Jacarepaguá)	1		
Folha de Teresópolis	4	O Foco (Mangaratiba)	1
O amarelinho (AISP 40)	1	Folha de Teresópolis	2
Agora Baixada (Duque de Caxias)	1	Total	3
Araruama Esportivo	1		
Total	8		

Fonte: Material enviado pelos conselhos à Coordenadoria. Dados organizados pela Coordenadoria dos CCS/ISP

O conjunto dessas matérias evidencia a habilidade de articulação dos CCS junto às suas respectivas regiões de atuação.

Quanto as ações de visibilidade da Coordenadoria dos CCS, estas incluem os fóruns, encontros anuais, cursos de qualificação, visitas aos conselhos e solenidades de diplomação coletiva. Nesta subseção arrolaremos de forma sumária esses eventos. Esse conjunto de ações externas é considerado estratégico na condução das atividades da Coordenadoria, já que é através delas que é possível oferecer uma contrapartida das ações do estado no campo da segurança pública. São essas ações também que demandam mais recursos materiais e humanos para se efetivarem. Segue abaixo a memória desses eventos.

Fóruns e Encontros

O I Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança foi realizado em novembro de 2004, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). As questões apresentadas neste evento estavam ligadas às dinâmicas das reuniões mensais, direitos humanos e violência

No período de 2013 a 2014 foram feitas 135 visitas em CCS do estado, sendo 80 delas realizadas no ano de 2013 e 55 no ano de 2014. Essas visitas foram feitas aos CCS da Região Metropolitana (86) e do interior do estado (49).

doméstica. Essa primeira tentativa viabilizou identificar os principais problemas, à época, nos conselhos, além de ter subsidiado diversas ações governamentais.

Os fóruns posteriores mantiveram a mesma perspectiva, abordando temas recorrentes dentro da perspectiva das reuniões dos CCS e mantendo as atividades pertinentes ao evento. Grupos de trabalho, mesas redondas e grupos focais foram utilizados como metodologias estruturantes. Ressalta-se que o II Fórum ocorreu em três dias diferentes, concentrando regionalmente os conselheiros. Outra especificidade aconteceu com o VI Fórum que foi itinerante, sendo realizado em cinco cidades, cada qual representando uma região do estado.

Tabela 11 – Relação dos Fóruns dos Conselhos Comunitários de Segurança

Ano	Tema	Local
2004	I - Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança: Construindo Novos Caminhos	UERJ - Capela Ecumênica – Rio de Janeiro.
2005	II - Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança: Capital do Estado II - Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança: Baixada Fluminense e Grande Niterói II - Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança: Sul Fluminense	SESEG – Secretária de Estado de Segurança – Rio de Janeiro.
2006	III - Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança: Segurança Pública e a Juventude	UERJ - Capela Ecumênica – Rio de Janeiro.
2007	IV - Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança: A Consolidação Democrática dos CCS: Ampliando a Participação Social e Construindo Agendas Locais	Universidade Candido Mendes - Rio de Janeiro. Universidade Candido Mendes - Niterói - RJ. Universidade de Barra Mansa - Barra Mansa - RJ. Universidade Estácio de Sá - São João de Meriti - RJ Universidade Cândido Mendes - Campos dos Goytacazes - RJ.
2008	V - Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança: Desenvolvimento Econômico e Segurança Pública: Uma Parceria Possível	UFFRJ – Seropédica – RJ.
2009	III - Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança: 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública: As Novas Tendências dos CSS	UERJ - Capela Ecumênica – Rio de Janeiro.

Fonte: ISP.

Encontro Anual dos CCS

No ano de 2013 foi realizado o primeiro encontro anual dos CCS cujo tema foi *Aproximando Sociedade e Poderes Públicos*. O evento ocorreu na Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ e reuniu 190 conselheiros de diferentes localidades do estado.

Solenidades de Diplomação Coletiva

A solenidade de entrega coletiva de diplomas foi uma iniciativa da própria Coordenadoria dos CCS buscando atender as normativas da Resolução 781/2005, que estabelece a homologação dos CCS. A solenidade visa ainda à construção de um espaço de interação e apresentação das novas diretorias eleitas. Durante a solenidade os conselheiros são prestigiados com a presença do Secretário de Estado de Segurança e demais autoridades, tais como Chefe de Polícia Civil e Comandante Geral da PMERJ. A primeira solenidade foi realizada em agosto de 2007 e contou com a presença de 80 membros de conselhos.

Tabela 12 – Relação das Solenidades de Diplomação Coletiva 2007-2014

Ano	Local	Solenidades	Número de Participantes
2007	SESEG – Secretária de Estado de Segurança	1	80
2008	SESEG – Secretária de Estado de Segurança	1	90
2009	SESEG – Secretária de Estado de Segurança	2	60 56
2010	SESEG – Secretária de Estado de Segurança	2	60 45
2011	SESEG – Secretária de Estado de Segurança	1	50
2012	DER – Departamento de Estradas de Rodagem	2	116 90
2013	QG – Quartel General da PMERJ	1	82
2014	QG – Quartel General da PMERJ DER – Departamento de Estradas de Rodagem	2	139 122

Fonte: ISP.

Qualificações no Sistema Ata Eletrônica

Quadro 1 – Qualificações realizadas – 2013-2015

Ano	Número de Capacitações	Local	Número de CCS envolvidos	CCS envolvidos	Numero de pessoas qualificadas
2013	5	Instituto de Segurança Pública	17	CCS Campos dos Goytacazes (AISP 8); CCS Rio Bonito (AISP 35); CCS Silva Jardim (AISP 35); CCS Região Portuária (AISP 5); CCS São Cristovão (AISP 4); CCS Araruama (AISP 25); CCS Macaé (AISP 32); CCS Santa Cruz (AISP 27); CCS Magé (AISP 34); CCS Guapimirim (AISP 34); CCS AISP 3; CCS AISP 6; CCS AISP 9; CCS AISP 37; CCS Nilópolis (AISP 20); CCS Queimados (AISP 20) e CCS Botafogo (AISP 2)	36
2014	2	Instituto de Segurança Pública	4	CCS Quatis e Porto Real (AISP 37); CCS São Francisco de Itabapoana (AISP 8); CCS Itaboraí (AISP 35) e CCS São Gonçalo (AISP 7)	85
2015	7	Instituto de Segurança Pública	7	CCS AISP 40; CCS AISP 6; CCS Paquetá (AISP 5); CCS AISP 17; CCS AISP 23; CCS AISP 15 e CCS AISP 19	37

Fonte: ISP.

Além das datas fixadas pela Coordenadoria para a realização das qualificações, ainda disponibilizamos aos membros de CCS agendas individuais, respeitando a especificidade de cada CCS, para fazerem o curso nesta Coordenadoria. Ainda em 2014, as iniciativas de qualificação no Sistema Ata Eletrônica foram expandidas para os policiais de UPP, como parte de um projeto mais amplo de implantação dos Conselhos de Gestão Comunitária de Segurança nas áreas de UPP. Foram qualificados 65 policiais alocados em UPP. O curso ocorreu nos dias 08, 09 e 10 de outubro do corrente. Este curso envolveu as 38 Unidades de Polícia Pacificadora existentes no estado, sendo 37 na capital e apenas 01 na localidade da Mangueirinha, Duque de Caxias.

Considerando o conjunto dos participantes que fizeram o curso de qualificação, temos atualmente **351 (trezentos e cinquenta e um)** usuários ativos no Sistema de Ata Eletrônica. O curso não se esgota no dia. É importante destacar que após a sua realização é deixado claro aos membros de CCS que eles podem contar com a total assistência desta Coordenadoria, sobretudo do responsável pelo curso, o qual tem orientado via telefone todos que necessitam de ajuda para a elaboração das atas eletrônicas.



Considerações finais: apontamentos e perspectivas

Dado este cenário, colocam-se alguns desafios a serem enfrentados pelos CCS e pela Coordenadoria dos Conselhos.

O primeiro deles é a maior difusão dos conselhos e do reconhecimento destes como instâncias institucionalizadas e legítimas para a interlocução entre os órgãos e instituições de segurança do estado e a sociedade civil, dentro do conceito de Segurança Cidadã preconizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e adotado pela Secretaria de Estado de Segurança. Para tanto, deve-se buscar a criação de mecanismos de participação para além das reuniões presenciais, sem prescindir destas como um espaço central, mas possibilitando a interação dos conselhos com aquela grande parte dos cidadãos que não dispõem de tempo livre para participar das reuniões.

Nesse sentido, o desenvolvimento de ferramentas virtuais dos conselhos torna-se fundamental. Muitos conselhos possuem páginas próprias em redes sociais, assim como a própria Coordenadoria dos CCS. Estas se constituem como ferramentas tão importantes quanto ainda insuficientes. A criação de uma plataforma virtual única dos conselhos, como um aplicativo para celulares, é um projeto em potencial a ser desenvolvido no sentido de dar resposta mais consistente a esse desafio.

Como instâncias essencialmente ligadas ao território em que estão inseridos, os CCS devem avançar também no sentido da construção de agendas de segurança pública locais. Para tanto, é de fundamental importância o trabalho de coordenação dos membros natos dos conselhos (comandantes de batalhão e delegados), articulando as demandas levantadas pelos cidadãos e a análise dos dados oficiais das incidências criminais na área de abrangência do respectivo conselho.

É importante também que as reuniões dos CCS tenham cada vez mais caráter de reunião de trabalho, voltadas para o encaminhamento e resolução de questões concretas relacionadas aos assuntos de segurança pública, sem espaços para proselitismos de ordens diversas. Uma boa prática para alcançar esse objetivo é a marcação de reuniões temáticas, com pautas específicas sobre determinados problemas, para as quais sejam convocados os agentes públicos envolvidos na resolução da questão colocada.

Alcançar esses objetivos significa consolidar os CCS como instâncias institucionalizadas de participação social, no sentido de substituição de práticas e relações assistencialistas e clientelistas anacrônicas em um Estado democrático.

Referências bibliográficas

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil. Movimentos sociais, ONGS e Redes Solidárias**. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

IPEA. **Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros – relatório de pesquisa**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriofinal_perfil_conselhosnacionais.pdf>. Acesso em: 08 set. 2015.

MORAES, Luciane P. B. **Pesquisa Nacional dos Conselhos de Segurança Pública – 1ª Edição**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

MORAES, Orlinda Claudia Rosa. **Conselhos Comunitários de Segurança Pública no Rio de Janeiro: origens, estruturas e dinâmicas de funcionamentos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **Conselhos Comunitários de Segurança Pública no Rio de Janeiro: origens, estruturas e dinâmicas de funcionamento**. VI Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília, 2013.

RIBEIRO, Ludimila e CORTES, Vanessa de Amorin. **Guia prático para constituição e funcionamento de Gabinete de Gestão Integrada Municipal**. Rio de Janeiro: Viva Rio, 2009.

SENASP. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 5ª Ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

SILVA, Carla Eichler de Almeida. **Participação comunitária em nível local: a experiência dos conselhos comunitários de segurança pública**, 2005, 104 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) UFF. Niterói.

TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza. Os conselhos comunitários de segurança no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, **Comum**, v. 11, n. 26, jan./jun., p. 198-219, 2006.

ZAVATARO, Bruno. **Democracia e Participação nos Conselhos Comunitários de Segurança de Curitiba: Uma Nova Gestão da Segurança Pública?** 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Documentos

RIO DE JANEIRO (Estado). SESEG. Resolução SSP 263, de 26 de julho de 1999, alterada pela Resolução SSP 607, de 24 de março de 2003. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br>>. Acessado em 25 ago. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). SESEG. Resolução SSP 781/2005, alterada pela Resolução SESEG N°. 78, de 20 de Janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br>>. Acessado em 20 ago. 2015.

Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP

Distribuição das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), dos Batalhões de Polícia Militar (BPM) e Delegacias de Polícia Civil (DP)

Atualizada em 04 de agosto de 2014

RISP	AISP	BPM	DP	Município	Unidade Territorial
1	2	2ºBPM	9 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Catete, Cosme Velho, Flamengo, Glória e Laranjeiras
			10 (DP Legal)		Botafogo, Humaitá e Urca
1	3	3ºBPM	23 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Cachambi e Méier
			24 (DP Legal)		Abolição, Encantado, Piedade e Piores
			25 (DP Legal)		Engenho Novo, Jacaré, Jacarezinho, Riachuelo, Rocha, Sampaio e São Francisco Xavier
			26 (DP Legal)		Água Santa, Engenho de Dentro, Lins de Vasconcelos e Todos os Santos
			44 (DP Legal)		Del Castilho, Engenho da Rainha, Inhaúma, Maria da Graça e Tomás Coelho
1	4	4ºBPM	6 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Catumbi, Cidade Nova, Estácio, Rio Comprido e Centro (parte)
			17 (DP Legal)		Caju, Mangueira, São Cristóvão e Vasco da Gama
			18 (DP Legal)		Maracanã, Praça da Bandeira e Tijuca (parte)
1	5	5ºBPM	1	Rio de Janeiro	Centro (Parte)
			4		Centro (Parte), Gamboa, Santo Cristo e Saúde
			5 (DP Legal)		Centro (Parte), Lapa e Paquetá
			7 (DP Legal)		Santa Teresa
1	6	6ºBPM	19 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Alto da Boa Vista e Tijuca (Parte)
			20 (DP Legal)		Andaraí, Grajaú e Vila Isabel
4	7	7ºBPM	72 (DP Legal)	São Gonçalo	São Gonçalo
			73 (DP Legal)		Neves
			74 (DP Legal)		Monjolo
			75		Ipiiba e Sete Pontes
6	8	8ºBPM	134 (DP Legal)	Campos de Goytacazes	Campos dos Goytacazes (Primeiro Subdistrito, Segundo Subdistrito e Quarto Subdistrito), Ibitioca, Dolores de Macabu, Morangaba, Mussurepe, Serrinha, Santo Amaro de Campos, São Sebastião de Campos e Tocos
			146 (DP Legal)	Campos de Goytacazes	Campos dos Goytacazes (Terceiro Subdistrito), Santa Maria, Morro do Coco, Santo Eduardo, Travessão e Vila Nova de Campos
			147 (DP Legal)	São Francisco de Itabapoana	São Francisco de Itabapoana, Maniva e Barra Seca
			141 (DP Legal)	São Fidélis	São Fidélis, Cambiasca, Colonia, Ipuca e Pureza
			145 (DP Legal)	São João da Barra	Barcelos, Atafona, São João da Barra, Grussaí, Cajueiro e Pipeiras
2	9	9ºBPM	28 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Campinho, Cascadura, Praça Seca, Quintino Bocaiuva e Vila Valqueire
			29 (DP Legal)		Cavalcanti, Engenheiro Leal, Madureira, Turiçu e Vaz Lobo
			30 (DP Legal)		Bento Ribeiro, Marechal Hermes e Oswaldo Cruz
			40 (DP Legal)		Coelho Neto, Colégio (Parte), Honório Gurgel e Rocha Miranda
			88 (DP Legal)	Barra do Pirai	Barra do Pirai, Dorandia, Ipiabas, São José do Turvo e Vargem Alegre
			91 (DP Legal)	Valença	Valença, Barão de Juparana, Conservatória, Parapeúna, Pentagna e Santa Isabel do Rio Preto
			92 (DP Legal)	Rio das Flores	Rio das Flores, Manuel Duarte, Abarracamento e Taboas
			94 (DP Legal)	Pirai	Pirai, Arrozal, Monumento e Santanésia
5	10	10ºBPM	95 (DP Legal)	Vassouras	Vassouras, Andrade Pinto, São Sebastião dos Ferreiros e Sebastião de Lacerda
			96 (DP Legal)	Miguel Pereira	Miguel Pereira, Governador Portela e Conrado
			97 (DP Legal)	Paty do Alferes	Paty do Alferes e Avelar
			99 (DP Legal)	Mendes	Mendes
			98 (DP Legal)	Engenheiro Paulo de Frontin	Engenheiro Paulo de Frontin e Sacra Família do Tinguá
7	11	11ºBPM	151 (DP Legal)	Nova Friburgo	Nova Friburgo, São Pedro da Serra, Lumiar, Amparo, Riograndina, Conselheiro Paulino e Campo do Coelho
			152 (DP Legal)	Duas Barras	Duas Barras e Monnerat
			153 (DP Legal)	Cantagalo	Cantagalo, Santa Rita da Floresta, Boa Sorte, Euclidelândia e São Sebastião do Paraíba
			154 (DP Legal)	Cordeiro	Cordeiro
				Macuco	Macuco
			156 (DP Legal)	Santa Maria Madalena	Santa Maria Madalena, Doutor Loreti, Renascença, Santo Antônio do Imbé, Sossego e Triunfo
			157 (DP Legal)	Trajano de Moraes	Trajano de Moraes, Doutor Elias, Sodrelândia, Vila da Grama e Visconde de Imbé
			158 (DP Legal)	Bom Jardim	Bom Jardim, Banquete, Barra Alegre e São José do Ribeirão

RISP	AISP	BPM	DP	Município	Unidade Territorial
4	12	12°BPM	76 (DP Legal)	Niterói	Centro, Ponta da Areia, Ilha da Conceição, São Lourenço, Fátima, Morro do Estado, Ingá, São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem
			77 (DP Legal)	Niterói	Santa Rosa, Icaraí, Vital Brasil, Pé Pequeno, Viradouro e Cubango
			78 (DP Legal)	Niterói	Fonseca, Viçoso Jardim, Caramujo, Baldeador, Santa Bárbara, Tenente Jardim, Engenhoca, Santana e Barreto
			79 (DP Legal)	Niterói	Jurujuba, Charitas, São Francisco, Cachoeiras, Maceió, Largo da Batalha, Itioca, Badu, Sapê, Matapaca, Vila Progresso, Muriqui, Maria Paula e Cantagalo
			81 (DP Legal)	Niterói	Itaipú: Camboinhas, Itacoatiara, Piratininga, Cafubá, Jacaré, Rio do Ouro, Engenho do Mato, Várzea das Moças e Jardim Imbuí
2	14	14°BPM	82 (DP Legal)	Maricá	Maricá e Inoã
			33 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo e Vila Militar
			34 (DP Legal)		Bangu, Gericoín, Padre Miguel e Senador Camará
3	15	15°BPM	59		Duque de Caxias (Centro)
			60	Duque de Caxias	Campos Elyseos
			61 (DP Legal)		Xerém
1	16	16°BPM	62 (DP Legal)		Imbarié
			22 (DP Legal)		Brás de Pina (Parte), Olaria, Penha e Penha Circular (Parte)
			38 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Brás de Pina (Parte), Cordovil, Jardim América, Parada de Lucas, Penha Circular (Parte) e Vigário Geral
1	17	17°BPM	45 (DP Legal)		Complexo do Alemão
			37 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Bancários, Cacuia, Cidade Universitária, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá e Zumbi
2	18	18°BPM	32 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Anil, Cidade de Deus, Curicica, Gardênia Azul, Jacarepaguá e Taquara
			41 (DP Legal)		Freguesia (Jacarepaguá), Pechincha e Tanque
1	19	19°BPM	12 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Copacabana (Parte) e Leme
			13 (DP Legal)		Copacabana (Parte)
3	20	20°BPM	52 (DP Legal)	Nova Iguaçu	Centro
			56 (DP Legal)	Nova Iguaçu	Comendador Soares, Cabuçu e Km32
			58 (DP Legal)	Nova Iguaçu	Posse, Austin, Miguel Couto, Vila de Cava e Tinguá
			53 (DP Legal)	Mesquita	Mesquita, Chatuba e Banco de Areia
			57 (DP Legal)	Nilópolis	Nilópolis e Olinda
3	21	21°BPM	64 (DP Legal)	São João de Meriti	São João de Meriti, Coelho da Rocha e São Mateus
1	22	22°BPM	21 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Benfica, Bonsucesso, Higienópolis, Manguinhos, Maré e Ramos
			11 (DP Legal)		Rocinha
1	23	23°BPM	14 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Ipanema e Leblon
			15 (DP Legal)		Gávea, Jardim Botânico, Lagoa, São Conrado e Vidigal
3	24	24°BPM	48	Seropédica	Seropédica
			50 (DP Legal)	Itaguaí	Itaguaí e Ibituporanga
			51 (DP Legal)	Paracambi	Paracambi
			55 (DP Legal)	Queimados	Centro, Norte, Sul, Leste, Oeste e Nordeste
			63 (DP Legal)	Japeri	Japeri, Engenheiro Pedreira, Marajoara, Pedra Lisa e Rio D'Ouro
4	25	25°BPM	118 (DP Legal)	Araruama	Araruama, Morro Grande e São Vicente de Paula
			124 (DP Legal)	Saquarema	Saquarema, Bacaxá e Sampaio Correia
			125 (DP Legal)	São Pedro da Aldeia	São Pedro da Aldeia
			126 (DP Legal)	Cabo Frio	Cabo Frio e Tambois
			127 (DP Legal)	Armação dos Búzios	Armação dos Búzios
7	26	26°BPM	129 (DP Legal)	Iguaba Grande	Iguaba Grande
			132 (DP Legal)	Arraial do Cabo	Arraial do Cabo
			105 (DP Legal)	Petrópolis	Petrópolis e Cascatinha
			106 (DP Legal)		Itaipava, Pedro do Rio e Posse
			36 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Paciência e Santa Cruz
2	27	27°BPM	43 (DP Legal)		Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Sepetiba
			90 (DP Legal)	Barra Mansa	Antonio Rocha, Floriano, Nossa Senhora do Amparo, Rialto e Regiões Administrativas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV
5	28	28°BPM	93 (DP Legal)	Volta Redonda	Volta Redonda
			101 (DP Legal)	Pinheiral	Pinheiral
			138 (DP Legal)	Laje do Muriaé	Laje do Muriaé
			139 (DP Legal)	Porciúncula	Porciúncula, Purilândia e Santa Clara
			140 (DP Legal)	Natividade	Natividade, Ourania e Bom Jesus do Querendo
6	29	29°BPM	Varre-Sai		Varre-Sai
			143 (DP Legal)	Itaperuna	Itaperuna, Boaventura, Nossa Senhora da Penha, Itajara, Retiro do Muriaé, Raposo e Comendador Venâncio
				São José de Ubá	São José de Ubá
			144 (DP Legal)	Bom Jesus de Itabapoana	Bom Jesus de Itabapoana, Carabuçu, Calheiros, Pirapetinga de Bom Jesus, Rosal e Serrinha
			148 (DP Legal)	Cardoso Moreira	Cardoso Moreira e São Joaquim
	Italva	Italva			

RISP	AISP	BPM	DP	Município	Unidade Territorial
7	30	30°BPM	104 (DP Legal)	São José do Vale do Rio Preto	São José do Vale do Rio Preto
			110 (DP Legal)	Teresópolis	Teresópolis, Vale do Bonsucesso e Vale do Paquequer
			111 (DP Legal)	Sumidouro	Sumidouro
			112 (DP Legal)	Carmo	Carmo, Córrego da Prata e Porto Velho do Cunha
2	31	31°BPM	16 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Barra da Tijuca, Itanhangá, Joá
			42 (DP Legal)		Recreio dos Bandeirantes, Barra de Guaratiba, Camorim, Grumari, Vargem Grande e Vargem Pequena
6	32	32°BPM	121 (DP Legal)	Casimiro de Abreu	Casimiro de Abreu, Professor Souza, Barra de São João e Rio Dourado
			122 (DP Legal)	Conceição de Macabú	Conceição de Macabú e Macabuzinho
			123 (DP Legal)	Macaé	Centro, Cabiúnas, Barra de Macaé, Aeroporto e Imboassica
			128 (DP Legal)	Rio das Ostras	Rio das Ostras
			130 (DP Legal)	Quissamã	Quissamã
5	33	33°BPM	165 (DP Legal)	Mangaratiba	Mangaratiba, Conceição de Jacareí, Vila Muriquí, Itacuruçá
			166	Angra dos Reis	Angra dos Reis, Jacuecanga, Cunhambebe, Mambucaba, Abraão e Praia de Araçatiba
			167 (DP Legal)	Paraty	Parati, Parati-Mirim e Tarituba
			168 (DP Legal)	Rio Claro	Rio Claro, Getulândia, Lídice, Passa Três e São João Marcos
3	34	34°BPM	65 (DP Legal)	Magé	Magé, Santo Aleixo e Suruí
			66 (DP Legal)	Magé	Inhomirim e Guia de Copaíba
			67 (DP Legal)	Guapimirim	Guapimirim
4	35	35°BPM	71 (DP Legal)	Itaboraí	Itaboraí, Cabuçú, Itambí, Porto das Caixas e Sambaetiba
			70 (DP Legal)	Tanguá	Tanguá
			119 (DP Legal)	Rio Bonito	Rio Bonito e Boa Esperança
			120 (DP Legal)	Silva Jardim	Silva Jardim, Aldeia Velha, Correntezas e Gaviões
6	36	36°BPM	159 (DP Legal)	Cachoeiras de Macacu	Cachoeiras de Macacu, Japuiba e Subaio
			135 (DP Legal)	Itaocara	Itaocara, Portela, Batatal, Laranjais, Jaguareme e Estrada Nova
			136 (DP Legal)	Santo Antônio de Pádua	Santo Antônio de Pádua, Campelo, Paraquena, Monte Alegre, Ibitiguacú, Santa Cruz, Baltazar, Marangatu e São Pedro de Alcântara
			137 (DP Legal)	Miracema	Miracema, Venda das Flores e Paraíso do Tobias
			142 (DP Legal)	Cambuci	Cambuci, Três Irmãos, Funil, Monte Verde e São João do Paraíso
5	37	37°BPM	155 (DP Legal)	São Sebastião do Alto	São Sebastião do Alto, Valão do Barro e Ipituna
			89 (DP Legal)	Resende	Resende, Engenheiro Passos, Agulhas Negras, Pedra Selada e Fumaça
			99 (DP Legal)	Itatiaia	Itatiaia
			100 (DP Legal)	Porto Real	Porto Real
7	38	38°BPM	107 (DP Legal)	Paraíba do Sul	Paraíba do Sul, Werneck, Salutaris e Inconfidência
			108 (DP Legal)	Comendador Levy Gasparian	Comendador Levy Gasparian e Afonso Arinos
			108 (DP Legal)	Areal	Areal
			108 (DP Legal)	Três Rios	Três Rios e Bemposta
			109 (DP Legal)	Sapucaia	Sapucaia, Anta, Pião, Nossa Senhora Aparecida e Jamapara
3	39	39°BPM	54 (DP Legal)	Belford Roxo	Areia Branca, Jardim Redentor, Parque São José, Nova Aurora e Lote XV
2	40	40°BPM	35 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo e Senador Vasconcelos
2	41	41°BPM	27 (DP Legal)	Rio de Janeiro	Colégio (Parte), Irajá, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos, Vila da Penha e Vista Alegre
			31 (DP Legal)		Anchieta, Guadalupe, Parque Anchieta e Ricardo de Albuquerque
			39 (DP Legal)		Acarí, Barros Filho, Costa Barros, Parque Colúmbia e Pavuna